



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

ELÍSIO JÚLIO FERNANDES

**A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA-MGF NA GUINÉ-BISSAU COMO UMA
PRÁTICA QUE VIOLA OS DIREITOS HUMANOS**

**REDENÇÃO
2016**

ELÍSIO JÚLIO FERNANDES

A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA-MGF NA GUINÉ-BISSAU COMO UMA
PRÁTICA QUE VIOLA OS DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração da Lusofonia
Afro-brasileira, como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes
Franco

REDENÇÃO

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

F393m Fernandes, Elísio Júlio.

A Mutilação Genital Feminina-MGF na Guiné-Bissau como uma prática que viola os direitos humanos. / Elísio Júlio Fernandes. – Redenção, 2016.

52 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

Inclui figuras e referências.

1. Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Mutilação genital feminina. I. Título.

CDD 916.657

ELÍSIO JÚLIO FERNANDES

A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA-MGF NA GUINÉ-BISSAU COMO UMA
PRÁTICA QUE VIOLA OS DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso submetida à
Coordenação do Curso de Graduação em
Bacharelado em Humanidades, da UNILAB,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Professor. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Francisca Rosália Silva Menezes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Ms. Maria Luzirene Oliveira do Nascimento
Faculdade da Vale do Jaguaribe – FVJ

Ao falar de mim, devo-me recorrer ao passado, recordar das pessoas que fazem parte da minha vida, no entanto não posso esquecer-me de dedicar esse trabalho a minha bisavó Julia Monteiro, uma mulher batalhadora falecida em 2015, quem me deu colo durante meu crescimento e tendo cuidando de mim dia e noite. Menciono também a minha avó Eusébia Sadjá, Domingas Miranda e aos meus tios avós Augusto Mango, Jaime Miranda Mango e Francisco Miranda. Dedico esse trabalho a minha mãe Ermelinda Sanca mulher incansável, a meu pai Júlio Fernandes, aos meus tios Jorge Fernandes Biague, Faustino Sanca, Nelson Sanca, as minhas tias Matilde Abel, Silveira Sanca (Piquena) e Débora Sanca, pelo meu grandíssimo amigo e tio Vitor Francisco Miranda, ao meu amigo Paulo Moreira, aos meus irmãos Edmiro Júlio Fernandes Namira Júlio Fernandes e Felícia Júlio Fernandes. Todas essas pessoas, bem como toda a família em geral, de uma forma direta ou indireta, me ajudaram muito nessa caminhada árdua.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai todo poderoso, que me concede a vida para os desafios que o mundo apresenta.

Agradeço a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e o povo brasileiro em geral, por me acolher no seu solo e me transformar numa pessoa digna com formação profissional.

De novo agradeço a UNILAB pela oportunidade que nos deu, não só os alunos oriundos dos países africanos e Timor Leste, mas pelos filhos das famílias da classe baixa brasileira, através da cooperação com os países membros e a interiorização da universidade no maciço de Baturité, Redenção, Acarape e no Recôncavo Baiano em São Francisco de Conde. Os meus agradecimentos vão para todos os professores que compõem essa universidade.

Agradeço aos meus ancestrais que me protegem e acompanham os meus passos diários, para que nada de mal aconteça comigo.

Agradeço o meu incansável orientador, a pessoa a quem eu admiro muito, o Dr Roberto Kennedy Gomes Franco, por ter me acompanhado e orientando nesse primeiro passo do ritual acadêmico.

Agradeço especialmente a minha mãe Ermelinda Sanca, por ter nascido no seu ventre, por ter me criado, ensinando, mostrando a realidade desse mundo, pelo carinho que me deu, por me dar a coragem de que vale a pena lutar e que um dia eu venceria. Agradeço-te, do fundo de coração, mãe por ter lutado por nós os seus filhos, de baixo do sol e da chuva, dia e noite, enfim. Mãe a minha gratidão para com a senhora não se resume a esse pequeno trecho. Ela é bem maior que isso. Sou muito grato à senhora.

Agradeço o meu pai, pelos ensinamentos e conselhos que me deu, por ter acompanhado a minha carreira estudantil desde criança até a idade adulta. Agradeço-te muito pai, por não recusar de me dar tudo que eu pedia para os meus estudos.

Agradeço os meus familiares que me acompanham e me dão força de uma forma direta ou indireta para prosseguir em frente com a cabeça erguida.

Agradeço a minha tia Pequena Sanca, por me aconselhar e custear algumas documentações quando consegue a bolsa, bem como agradeço ao seu marido, o Sr. Maurício Cardoso, quem assinou o meu termo de responsabilidade.

Agradeço aos tios da minha mãe, Francisco Miranda e Jaime Miranda Mango, por terem ajudado a minha mãe custear as minhas passagens para o Brasil.

Agradeço aos meus amigos, Fernando Moura Mendes, Madilio Pereira, Tonito da Silva, Sanha João Correia, Francisco Jorge Canchungo Có, por companheirismo e a força que me deram nessa caminhada aqui no solo brasileiro.

Em fim, agradeço no fundo de coração o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a pessoa a quem guardo enorme admiração, pelo projeto da criação da UNILAB, que permite a integração entre diferentes países da CPLP.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso – TCC, é uma parcela dos meus estudos para a conclusão de curso de Bacharelado em Humanidades – BHU, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Objetivo realizar uma análise interdisciplinar em humanidades da Mutilação Genital Feminina – MGF como uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau e demais localidades neste vasto mundo. Nesta investigação, em fontes escritas e orais, que misturam sociologia, gênero, história, educação e direitos humanos, debateremos sobre a prática da MGF, conhecido ou então chamado no crioulo da Guiné de “fanado de mindjer”. Demonstraremos ainda quais as suas consequências a longo e curto prazo, e ainda, os riscos de saúde que pode causar as mulheres por vida toda. Nas considerações finais, ficou claro a necessidade de ações educativas em direitos humanos que promovam conscientização, com debates e sensibilizações objetivando combater essa prática que prejudica a saúde das mulheres.

Palavras-chaves: Mutilação Genital Feminina (MGF). Guiné-Bissau. Violência. Educação e Direitos Humanos.

ABSTRACT

This work completion course- TCC is a portion of my studies to complete Bachelor Degree Humanities- BHU at the University of International Integration Lusophone Afro-Brazilian (UNILAB). Objective conduct an interdisciplinary analysis in humanities of Female Genital Mutilation – FGM as a practice that violates human rights laws of Guinea-Bissau women and other locations in the wide world. In this research, in written and oral sources, which combines sociology, gender, history, education and human rights, we will debate on the practice of FGM, known or then called in Creole of Guinea "fanado of mindjer". Still will demonstrate what your long and short-term consequences, and also health risks that can cause women for life. In the conclusion, it was clear the need for educational activities that promote human rights awareness, with discussions and sensitization campaigns aimed at combating this practice that harms the health of women.

Key words: Female Genital Mutilation (FGM). Guinea Bissau. Violence. Education and Human Rights.

LISTAS DE SIGLAS E SIGNIFICADOS

PAI	Partido Africano para Independência
PAIGC	Partido Africano Para Independência de Guine e Cabo- Verde
ONU	Organização das Nações Unidas
PRS	Partido da Renovação Social
MGF	Mutilação Genital Feminina
ONG	Organizações não Governamentais
WFD	sigla em alemão significa: Serviço de Paz Civil
OMS	Organização Mundial de Saúde
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirido
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
RDP	Radio de Difusão de Portugal
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CULTURA, CORPO E O RITUAL DE MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA EM GUINÉ-BISSAU.....	18
3	DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES DE GUINÉ-BISSAU: O PAPEL DO GOVERNO, ONG'S E ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS NA LUTA CONTRA MGF.....	22
3.1	Razões pelo qual a mutilação genital feminina é praticado, segundo a justificativa das comunidades praticante.....	25
3.1.1	<i>Razões socioculturais.....</i>	<i>26</i>
3.1.2	<i>Razão higiênica e ética.....</i>	<i>26</i>
3.1.3	<i>Razões espirituais e religiosas.....</i>	<i>27</i>
3.1.4	<i>Razões psicosssexuais.....</i>	<i>27</i>
3.2	Tipos de Mutilação Genital Feminina.....	27
3.3	O papel da sociedade Guineense na luta contra MGF.....	30
3.4	Os países que praticam a mutilação genial feminina e algumas regiões da Guine que essa prática se verifica com mais frequência.....	31
4	ANCESTRALIDADE SÓCIO HISTÓRICA DA PRÁTICA DO FANADO EM GUINÉ-BISSAU.....	34
4.1	Os debates contraditórios e favoráveis à prática da MGF.....	37
4.2	Relatos dos testemunhos entrevistados.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Fanadu di mindjer
 N'padidu mindjer N'lanta n'ka kungsi prazer
 N'ta dita n'lanta suma objetu
 N'trega nha kurpo di skletu
 Pabia kasamenti dam um tetu
 Disgustu kabam
 Na pera urdumunhu pa i bim lebam
 N'punta pa nunde ku n'dibi di kurri?
 O pa n'sufri n'murri?
 N'ta djubi na bo ermon
 N'kata odja kal forsa ku sta na tradison
 Ku ta pui bu tiram
 Kil ku Deus dam
 N'ta djubi pa ceu tudu dia
 N'kata odja kal Deus ki bu guia
 Pabia di fanadu ku n'bai
 Aos na muri ami son
 Sin disa djorson
 Bu ta fika bu fala futceru ku matan
 Edson Incopté¹

O presente trabalho de conclusão de curso – TTC tem por objetivo abordar a questão da mutilação genital feminina, conhecido no crioulo da Guiné como fanado de mindjer, e demonstrar à sociedade guineense as suas consequências e o risco de saúde que pode causar às mulheres. Tem, ainda, o objetivo de compreender um pouco o desenrolar da prática da mutilação desde os tempos remotos, dos nossos ancestrais, até a data presente, mais especificamente compreender as suas consequências.

A MGF, é uma prática nefasta, levada a cabo em Guiné-Bissau há muitos anos, como uma tradição cultural que veio a ser herdada pelas gerações vindouras.

Debatia-se muito sobre essa prática nos órgãos de comunicação social em Guiné, sobre como eliminá-la, e as campanhas de sensibilização sobre a mesma, mas nunca me ocorreu de um dia produzir um trabalho sobre a mesma prática.

Interessei-me na produção desse trabalho depois da minha chegada ao Brasil, nos primeiros trimestres das aulas, através da escolha do tema tratado em seminário. O nosso grupo era formado por quatro pessoas, dois guineenses e dois brasileiros, sendo o assunto escolhido para debater no seminário. Passo a interessar-me pela referida matéria para a

¹ Tradução do Crioulo: Nasci mulher, cresci sem conhecer prazer, deito e levanto-me como objeto, depois de entregar o meu corpo de esqueleto, porque o casamento deu-me um tecto. O desgosto está a apoderar-se de mim. Estou a espera que o vento me leve daqui, mas pergunto por onde devo correr? Ou devo-me consolar com a morte? Olho para ti irmão e não vejo a força que está na tradição a ponto de me tirares aquilo que Deus me deu. Olho para o céu todos os dias e não vejo que Deus é o teu guia. Por causa da mutilação que sofri hoje estou a morrer sozinha sem deixar geração. Fica e diz que morri de feitiço.

produção do meu trabalho de conclusão de curso, como um tema crítico que muita gente não quer ouvir falar, porque tem a ver com questões étnico-religiosas, mas que apresenta consequências gravíssimas à saúde das mulheres e que precisa ser desmitificado. Essa prática não deve ser escondida, nem pode ser um tabu nas nossas sociedades. Acho oportuno dar a minha contribuição na eliminação dessa prática que assola 45% das mulheres guineenses.

A outra questão tem a ver com informar ou demonstrar à nossa sociedade, o impacto da mutilação genital feminina e as suas consequências sobre a saúde das mulheres, onde uma delas é a possibilidade de traumas psicológicos crônicos. Não me sinto bem ao ver mulheres sendo maltratadas. Tirar uma parte delas, que está relacionada ao prazer, é como tirar um direito a elas.

Espero que esse trabalho chegue ao mais alto nível da nossa sociedade, como uma contribuição na mudança social no seio dos guineenses, podendo ajudar nas colaborações, nas sensibilizações em conjunto com as autoridades competentes, ONGs, organizações nacionais e estrangeiras que estão a trabalhar na luta contra tal prática, através das informações dos lugares onde a MGF está sendo realizada, para que possam tomar medidas necessárias. Sem que haja uma boa colaboração entre essas entidades é difícil acabar com essa prática, porque muita gente não quer falar sobre isso, como um segredo. Qualquer que seja a pessoa que pertence a uma dessas etnias que pratica a MGF não pode falar nada contra a prática, de modo que isso é considerado como desrespeito aos mais velhos e à tradição cultural. Todo esse mistério dificulta muito na eliminação da prática que apresenta consequências gravíssimas à saúde feminina e assola 45% das mulheres guineenses. Acredito que o governo vai continuar na luta contra a excisão feminina junto dos seus parceiros e da população em geral. Não podemos ficar de braços cruzados vendo o direito dos outros ser violado.

Essas sensibilizações devem chegar até aos régulos chefes das aldeias, imames etc., mostrar a consequência da MGF a saúde das mulheres para que possam tomar devidas medidas.

Na verdade, é difícil eliminar de um dia por outro uma prática como essa, que está enraizada na base cultural dos nossos ancestrais, mas juntos podemos eliminá-la pouco a pouco.

Não se pode falar da prática da excisão feminina, sem mencionar a historiografia das mulheres na luta pelo espaço nas nossas sociedades, igual aos dos homens. Essa batalha começou nos anos 60 pelo movimento feminista.

A este respeito, Joan Scott (1992, p.63), afirma que:

A história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para ela alocados, em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo.

É lógico que até os dias de hoje as mulheres estão lutando para ter um lugar na sociedade, em pé de igualdade ao dos homens. Na verdade estamos a viver numa sociedade machista, onde a maioria dos lugares públicos é ocupada pelos homens, de onde surge uma questão: se a população mundial é composta na sua maioria pelas mulheres, por que é que os homens são vistos nos lugares mais destacados? Partimos do pressuposto de que as nossas sociedades não lhes dão oportunidades como são dadas aos homens. O exemplo da Guiné-Bissau, há alguns anos, mostra que os meninos são mais privilegiados na questão do estudo em relação às meninas. Meninos e meninas podem nascer numa casa em um determinado período de tempo e começam a estudar juntos, mas o menino tem a probabilidade maior de ter sucesso nos estudos em relação à menina. Isso se verifica porque o menino tem o tempo de estudo maior em relação à menina, devido aos pais que sempre obrigam as meninas a fazerem as tarefas domésticas, enquanto os meninos estudam. Chega-se em um determinado período de tempo que a menina vai ser obrigada a casar-se forçosamente e o menino continua a estudar. Isso é uma das razões pela qual os homens têm mais sucesso nos estudos, o que possivelmente lhe possibilita conseguir um emprego bem-sucedido em relação às mulheres. São poucas mulheres que têm igual oportunidade ao dos homens. Isso é toda uma construção social machista que a sociedade nos impõe.

No tocante ao debate de gênero em Guiné-Bissau, as mulheres não ficam de braços cruzados, o que é notável desde o período da luta da libertação até os nossos dias. No processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau, as mulheres guineenses no que toca as suas representações, é de uma forma positiva, sobretudo nas áreas relacionadas com a representação jurídicas. Havia mulheres provenientes das zonas rurais, que batalhavam ativamente no processo da libertação, mas ficaram de fora do poder político devido ao baixo nível académico que elas tinham.

Para Gomes (2015. p. 178):

Carmem Pereira, na qual ela narra percurso das mulheres guineenses e do movimento de libertação, na luta pela independência, é um capítulo dedicado ao problema da discriminação de gênero, nas sociedades locais, através de testemunhos de algumas mulheres. Em suma, a obra, apesar de não sumir um caráter estritamente académico, revelou-se um instrumento de pesquisa importante, pelos seus conteúdos e abordagens, tendo paralelamente contribuído para difusão internacional de conhecimento sobre a história da luta armada e das mulheres na Guiné-Bissau, a

partir de perspectivas endógenas.

O debate sobre gênero em Guiné-Bissau é um tanto quanto alarmante. A sociedade guineense era restrita aos homens, onde tudo o que se fazia era limitado a eles. A participação das mulheres era reduzida, mas de qualquer jeito elas persistiram em dar as suas contribuições. O exemplo disso é visto na era da luta de libertação da Guiné e Cabo-Verde, onde o papel da maioria das mulheres que participava na guerra se restringia a levar armamentos e munição aos homens, mas eram impedidas de participar diretamente na guerra. No entanto, algumas delas conseguiram pegar em armas e batalhar junto aos homens. Isso foi um jeito de demonstrar que ela deveriam ter o mesmo direito que os homens, e não deviam ficar alijadas das questões da sociedade guineense.

Além disso, é de se louvar o papel que as mulheres guineenses desempenham no seio familiar, principalmente no que toca aos cuidados com as crianças, alimentação, tarefas domésticas, etc.

A nível mundial, o peso de intervenção da mulher tem aumentado no desenvolvimento, na mudança de paradigmas sociais e na mudança de mentalidades. O continente africano não foge à regra e a nível social, as mulheres começam a assumir novos papéis, quer nas relações familiares, quer a nível das comunidades, quer a nível mais alargado na sociedade, surgindo com isso, uma redefinição dos papéis de gênero. (LOPES, 2011, p. 02)

Sobre a jornada de trabalho das mulheres guineenses é normal levantarem quatro ou cinco horas de manhã, caminharem para a fábrica de gelo, a fim de arranjar gelo para gelar sucos e saquinhos de água, que serão vendidos nos mercados e nas ruas, ao longo do dia. É através do lucro dessa venda que elas sustentam suas famílias, pagam propinas das escolas, o plano de saúde, etc.

Essas atividades que as mulheres fazem são as suas práticas cotidianas na sociedade guineense, portanto a maioria das famílias em Guiné-Bissau são bancadas pelo trabalho das mulheres.

Nesta realidade que mistura educação, gênero e direitos humanos no contexto da mutilação genital feminina, temos o ativismo em direitos humanos da Liga Guineense dos Direitos Humanos.

No site da Liga Guineense dos Direitos Humanos, temos o seguinte:

Formação no âmbito do Projecto para a promoção dos direitos das meninas e das mulheres na Guiné-Bissau, co-financiado pela UE e coordenado pela UNICEF. A União Europeia está a lutar contra a mutilação genital feminina em muitas frentes, no âmbito de uma estratégia global para promover a igualdade entre homens e mulheres. A Comissão Europeia apoia o trabalho desenvolvido pelas ONG a nível das bases, no seio das comunidades que praticam a mutilação genital feminina,

desenvolvendo iniciativas com as mulheres, raparigas, homens, rapazes e dirigentes tradicionais e religiosos. Além dos financiamentos em curso para o trabalho a nível dos Estados-Membros da União Europeia, e no terreno, será disponibilizado já este ano um montante adicional de 4,5 milhões de euros para apoiar projectos que tenham como objectivo evitar e combater a violência associada a práticas nocivas na União Europeia. Estamos também a criar uma plataforma Web da União Europeia sobre a mutilação genital feminina destinada aos profissionais que ocupam a linha da frente no contacto com as vítimas e as raparigas em risco. Pretendemos chegar aos primeiros pontos de contacto, como enfermeiras, juizes, funcionários responsáveis pelos refugiados, professores, médicos e agentes de polícia, e apoiá-los para ajudar a erradicar esta prática. (Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2015).

A iniciativa, ajudou muito para erradicar a prática da MGF, e é de grande importância o trabalho que as mulheres fizeram, para a eliminação da excisão feminina junto a estas entidades internacionais na Guiné-Bissau.

Mediante este quadro o trabalho tem como objetivo, realizar uma análise interdisciplinar em humanidades sobre a Mutilação Genital Feminina – MGF como uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau e demais localidades.

Em síntese, sobre os direitos humanos violados pela mutilação genital feminina, temos o seguinte, conforme a OMS (2009, p. 11):

A mutilação genital feminina viola uma série de princípios, normas e padrões de direitos humanos bem estabelecidos que incluem os princípios da igualdade e não discriminação com base no sexo, o direito à vida – quando dos procedimentos resulta a morte – e o direito a estar livre de tortura, punição ou tratamento cruel, desumano ou degradante, assim como os direitos subsequentes. Uma vez que altera tecido genital saudável na ausência de necessidade médica e pode provocar consequências graves na saúde física e mental da mulher, a mutilação genital feminina é uma violação do direito da pessoa aos mais altos padrões de saúde. A mutilação genital feminina está reconhecida como discriminação com base no sexo porque se fundamenta em desigualdades de gênero e desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e inibe as mulheres do exercício completo e igual usufruto dos direitos humanos. É uma forma de violência sobre meninas e mulheres, com consequências físicas e psicológicas. A mutilação genital feminina priva as meninas e mulheres de tomarem uma decisão independente e informada sobre uma intervenção que tem um efeito prolongado nos seus corpos e que afecta a autonomia e controlo individual sobre as suas vidas. Os direitos à participação na vida cultural e liberdade religiosa estão protegidos por legislação internacional. Contudo, o direito internacional estipula que a liberdade de manifestação religiosa ou de crenças possa estar sujeita a limitações necessárias para proteger os direitos fundamentais e liberdades de outros. Desta forma, razões de índole social e cultural não podem ser evocadas em defesa da mutilação genital feminina.

Portanto, nesta investigação, em fontes escritas e orais, que misturam sociologia, gênero, história, educação e direitos humanos, debateremos sobre a prática da MGF, conhecido ou então chamado no crioulo da Guiné como “fanado de mindjer”, de modo que demonstraremos quais as suas consequências a longo e curto prazo e, ainda, os riscos de saúde que podem ser causados às mulheres por toda vida.

Objetivamos compreender o desenrolar dessa prática desde os tempos de nossos ancestrais até a data presente, especificamente as suas consequências gravíssimas.

Para tanto, esse trabalho se baseia na metodologia da pesquisa bibliográfica e qualitativa. No que se refere a pesquisa bibliográfica, esta requer livros, artigos de revistas e outros documentos, para melhor auxiliar na elaboração do texto.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Lakatos, (1992, p.44) nos ensina que:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica tem grande utilidade em qualquer que seja o trabalho acadêmico, porque permite a pessoa aprofundar o diálogo do seu trabalho com outros manuais acadêmicos que falam sobre a seu tema ou tem a proximidade com o seu trabalho e lhe permitem ter uma visão ampla sobre assunto a pesquisar.

Através da aproximação da pessoa que vai ser pesquisada ou entrevistada, pode-se conseguir as informações desejadas. Diferente da pesquisa bibliográfica, que permite a compreensão das coisas ou da realidade através do olhar da outra pessoa.

A entrevista qualitativa, pós, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão da relação entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GAKELLL, 2014. P 65)

Nesse tipo de pesquisa, permite o pesquisador conhecer, entender para além da sua imaginação um determinado contexto social a pesquisar.

Metodologicamente, estes foram os caminhos por nós pensados para a feitura deste trabalho que fala sobre a Mutilação Genital Feminina – MGF como uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau e demais localidades.

Por fim, segue o resumo dos capítulos desenvolvidos:

Capítulo 1, chamado de Cultura, Corpo e o Ritual de Mutilação Genital feminina em Guiné-Bissau – este capítulo fala um pouco da história da Guiné-Bissau, trazendo o debate sobre Cultura, Corpo e o Ritual de Mutilação Genital feminina e a discussão do corpo e sexualidade, demonstrando seus significados para a saúde do corpo da mulher.

Capítulo 2, Direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau: O papel do

Governo, ONG'S e organizações nacionais e estrangeiras na luta contra MGF – neste, demonstramos o desempenho do governo da Guiné na luta contra a prática da excisão feminina e de algumas ONGs, organizações nacionais e estrangeiras na luta contra a MGF. Demonstraremos a Mutilação Genital Feminina – MGF como uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau e demais localidades. Debateremos quais são as razões pelo qual a excisão continua a ser praticada, segundo as comunidades praticantes. Demonstraremos as suas complicações com relação a saúde da mulher, procuramos saber quais são os tipos da MGF feitas para mulheres e crianças. Fomos além, procurando discutir qual é o papel da sociedade guineense na luta contra essa prática e os países que fazem essa prática.

Capítulo 3, Ancestralidade Sócio Histórica da prática do fanado em Guiné-Bissau – procuraremos entender o desenrolar da prática da MGF, desde os tempos mais recuados dos nossos ancestrais, qual a sua origem. Fomos além, tentando conhecer um pouco dos seus processos cerimoniais antes e depois do fanado. Ao fim fomos ao encontro da narrativa das meninas excisadas, através das entrevistas para nos testemunhar sobre essa prática.

2 CULTURA, CORPO E O RITUAL DE MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA EM GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau se localiza na costa ocidental da África, tem a fronteira com o Senegal pela zona “norte”, Guiné Conakry pelo “sul e leste” do país e oceano atlântico fica pela zona “oeste”. O território da Guiné-Bissau inclui o arquipélago dos Bijagós, que na sua composição é formada por 80 ilhas. Faz parte da comunidade dos países de Língua Estrangeira. O então território da Guiné-Bissau foi colonizado pelos portugueses em 1446. Os colonizadores fizeram o país como um ponto estratégico para realização do tráfico de escravo com os nativos. A Guiné-Bissau veio a conquistar, pela luta armada, com influência do bloco socialista, a sua independência somente no dia 24 de setembro de 1973, sendo o pioneiro da colônia portuguesa em África a se libertar do jugo colonial. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km², um país pequeno com 1.530. 673 de habitantes.

Segundo Martingo (2009, p. 73), Guiné-Bissau vive o seu período democrático na base da interrupção através dos golpes militares repetitivos, que não contribuíram nem um pouco para o “desenvolvimento socioeconômico do país”. Estas crises não se limitam aos governos derrubados pelos militares, pois se incorporam também nos governos eleitos democraticamente, de modo que estes acabam sendo incapazes de resolver os sérios problemas que o estado enfrenta, principalmente no que toca às questões de “saúde, infraestrutura, educação, emprego ou alimentação”.

O conceito de cultura há muitos anos já é motivo de preocupação, de mecanismo para entender a diferença do comportamento humano na Guiné-Bissau.

De acordo com Alves (2013, p.37).

Desde a antiguidade tem-se tentado explicar as diferenças de comportamentos entre os homens, a partir das diversidades genéticas ou geográficas. As características biológicas não são determinantes das diferenças, nem o ambiente físico também explica as diferenças. A cultura, enquanto um todo, integra uma ordem de valores que atribui ao grupo uma certa qualidade humana. A cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. O uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é mais difícil de entrar em acordo.

Segundo Geertz (1973, p.15):

Que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu,

assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Em África, especificamente em Guiné-Bissau, podemos dizer que cada etnia se encontra “amarrado a teias de significados” (GEERTZ, 1973, p.15) de uma determinada região ou localidade, apresentando uma cultura diferente da outra, no que se refere a sua história, ao seu modo de convivência social e as suas práticas tradicionais.

Podemos constatar em muitas aldeias, os diferentes modos de convivência social devido às diferenças culturais que existem entre elas. As línguas faladas são distintas umas das outras, assim com o ritual de casamento, a prática da iniciação entre outras. Neste caso podemos verificar as diferenças que existem entre uma cultura e outra.

A diferença entre os povos distintos se verifica pela cultura, através da qual constatamos a diferença da população de um país com a outra. Os homens de uma determinada região fazem parte de uma coletividade, não são individuais, as suas experiências ficam estagnadas.

De acordo com esta ideia é que podemos compreender o comportamento dos indivíduos nas etnias que praticam a MGF, ou seja, depende de um aprendizado. Nestes grupos, o indivíduos têm que aprender como lidar com os outros e esta aprendizagem muitas das vezes se verifica durante a iniciação.

Conforme Alves (2013, p.38),

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado. Pois a natureza dos homens é a mesma, são os costumes (aprendizados) que os mantém separados. O conceito de cultura abarca praticamente todos os tipos de comportamentos e produtos relacionados com os homens, como membros da sociedade humana, e são adquiridas por meio das representações simbólicas.

A cultura, pois, permite obter muitos conhecimentos e “informações” perante o grupo, que são vistos nas “crenças, práticas e rituais”. O modo como a sociedade se apresenta facilita sua compreensão e análise.

A socialização facilita a transmissão do conhecimento, crenças, as práticas culturais e rituais. Por meio dessa integração ou “socialização” permite-se que os conhecimentos e informações sejam transmitidas por terceiros.

Na realidade conhecer os ritos de uma cultura, como o rito da MGF, não é uma tarefa fácil, é um trabalho árduo, precisa interagir com aquele grupo, questionar e fazer tudo que eles façam de qualquer jeito, para que se possa ter mínima noção das suas realidades.

Durkheim (1983) sublinhou que “os ritos são maneiras que só nascem dentro de

grupos reunidos e que estão destinadas a suscitar, manter ou fazer renascer certos estados mentais desses grupos”.

Na cultura de algumas etnias guineenses, vemos isso, pois não se pode fugir dos ritos e costumes tradicionais. Na maioria das sociedades africanas isso se verifica, por exemplo, na saída do seu país para outro ou fora de continente, onde o indivíduo passa por uma cerimônia que lhe interliga com os seus ancestrais. Do mesmo jeito ocorre no regresso a casa. Isso faz uma ligação do homem com os seus antepassados e a sua comunidade.

Falando do corpo e de sexualidade nos leva a diferenciar homens e mulheres, é a separação “naturalizada do mundo” em dois elementos ligados e hierarquicamente desiguais. O órgão sexual, segundo a biologia, demonstra a diferença entre homens e mulheres, e as estruturas físicas e genéticas entre ambos. O ser homem e o ser mulher variam de sociedade para sociedade, é uma construção social, mas não biológica.

Para Le Breton, (2011), Apud Alves, (2013, p. 45), temos que:

Nas sociedades tradicionais o corpo não se distingue da pessoa, ele é uma construção simbólica, não uma realidade em si. Nas sociedades tradicionais, de composição holística, comunitária, nas quais o indivíduo é indiscernível, o corpo não é o objeto de uma cisão, e o homem está misturado aos cosmos, à natureza, à comunidade. A imagem do corpo é uma imagem de si, alimentada das matérias primas que compõem a natureza, o cosmos, em uma espécie de indistinção (LE BERTON, 2011a). O corpo aqui não é uma superfície neutra, mas um território simbólico, um espaço de produção cultural. Desde épocas remotas da história da humanidade que o corpo serve de suporte a inscrições. A ritualização de todas as manifestações da vida corrente consiste na encenação muito elaborada das condutas corporais que a sustentam. Todas as ações que compõem o ordinário de um dia, mesmo as mais fúteis, implicam, na verdade, a mediação do corpo. Segundo Le Breton, nas sociedades rurais africanas, a pessoa não está limitada pelos contornos de seu corpo, fechada em si. Sua pele, e a espessura de sua carne, não delineiam a fronteira de sua individualidade. A identidade pessoal do africano não se encerra em seu corpo, este não o separa do grupo, mas, ao contrário, o inclui. Le Breton vai mais longe, apontando as modificações corporais como uma forma de diferenciação num quadro do anonimato democrático das sociedades, visando, assim, a escapar à indiferença. Ressaltando as incontestáveis diferenças (os piercings e as tatuagens são marcas visíveis que atraem o olhar, enquanto o clitóris se encontra coberto), o corte surgirá assim como um sistema de diferenciação social.

Neste sentido o corpo da mulher tem grande significado. Quando desaparece uma parte dele, pode levar a um grande trauma psicológico e ela passa a se sentir inferior, incompleta no meio social.

No caso da mutilação genital a sociedade não vai rejeitar o lesado, porque é uma prática que se verifica no seu seio familiar. A própria família vai querer que seja feito o procedimento, para não quebrar com a prática da tradição dos ancestrais e vão lhe apoiar de todo o jeito. Mas é constrangedor para a pessoa que foi submetida a esse procedimento, afinal

ela sente que falta uma parte do seu corpo, podendo vir a sofrer traumas psicológicos.

A prática de excisão feminina tem a sua origem nas sociedades africanas e em alguns povos da Ásia e do Médio Oriente. As leis que proíbem a MGF não conseguiram até agora erradicar essa prática e a emigração transportou a excisão feminina para países desenvolvidos, onde a boa consciência se divide entre a defesa da identidade cultural dos outros povos e o reconhecimento se trata de uma ação criminosa contra a integridade física da mulher e modo como deve ser combatida.

Em algumas sociedades tradicionais Guineenses, uma pessoa não é considerada adulta se não se submeteu à prática da mutilação genital feminina ou a circuncisão masculina, que é denominado em Guiné-Bissau de fanado. Um homem adulto nessa sociedade é aquele que se submeteu ao ritual do fanado e passa a ser visto como responsável. Os chamados bolufus (aqueles que não foram ao fanado) mesmo sendo maiores de idade, não são considerados adultos e têm menos respeito em relação aos outros que foram.

Antes do fanado, pode-se aceitar tudo da parte do jovem e a sociedade tolera todos os seus disparates como “doença da infância”. Mas quando ele se torna adulto, após o fanado, é obrigado comportar-se de forma correta e equilibrada. É durante o fanado que o indivíduo se torna consciente da sua personalidade e da sua posição na sociedade.

De igual modo se retrata a excisão feminina. As mulheres que não são excisadas têm menos respeito em comparação às que são submetidas ao fanado. Uma das restrições que elas sofrem, é que elas não podem preparar as refeições para seus maridos no período de jejum para festa de ramadão, pois são consideradas impuras. Já as que preparam as refeições no período sagrado de jejum, são as que se submetem à prática, vistos como mais purificadas.

Estas são contradições fundamentais para a análise interdisciplinar em humanidades, da Mutilação Genital Feminina – MGF, como uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau, pois como se entender dentro e fora dessa cultura, desse jeito de ser? Se por um lado a MGF é um rito de entrada na cultura adulta, por outro lado são evidentes os riscos de saúde que pode ser causados às mulheres por toda a vida.

3 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES DE GUINÉ-BISSAU: O PAPEL DO GOVERNO, ONG'S E ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS NA LUTA CONTRA MGF

De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), calcula-se em todo mundo que cerca de 100 a 140 milhões de meninas e mulheres tenham sido submetidos a essa prática e que, anualmente, outras 3 milhões de meninas correm o risco de vir a sofrer com essa prática. Há registros da ocorrência da Circuncisão Feminina – CF, ou fanado, que é o termo usado na Guiné-Bissau para identificá-la, por todo o mundo.

A prática da MGF é um tema que tem tomado proporções gigantescas dado a tentativa de combate tanto a nível nacional (nos países onde é proibida) como internacional. O grupo internacional de combate a esta prática (OMS e os restantes organismos das Nações Unidas que assinaram a Declaração Conjunta) enumera complicações graves para a saúde física e psicológica das mulheres, existindo vários riscos, inclusive o de morte e o da transmissão da SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) uma vez que consta que a ação é levada a cabo com instrumentos cortantes não esterilizados, como facas, lâminas ou vidros partidos, sem condições higiénicas adequadas, de modo que as meninas e mulheres que passam por esse procedimento, têm suas pernas atadas durante semanas (Williams, Sobieszczyk, 1997: 967), sem acompanhamento médico, até que se curem.

No blog de Paula da Costa, consultora de projetos contra a mutilação genital feminina na Guiné-Bissau, temos o seguinte:

A luta contra a MGF na Guiné-Bissau tem muitos rostos. Rostos que normalmente ninguém conhece: pessoas simples, sem protagonismo, sem visibilidade – tal como as formiguinhas que constroem a baga-baga. A aprovação da lei contra a MGF em Junho de 2011 tem por detrás um trabalho silencioso, persistente, corajoso e quantas vezes doloroso, durante anos e anos. Um projecto contra a MGF é um projecto de vidas, de várias gerações e neste longo caminho cruzam-se as nossas tão curtas vidas. Gostaria aqui de lembrar e homenagear dois rostos que já não estão entre nós e que colocaram na praça pública o tema da MGF na Guiné-Bissau: Tia Muskeba e Augusta Baldé. Paula da Costa (2011)

Na tentativa de eliminar a prática da Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau, como uma prática violadora das leis dos direitos humanos, o governo, atendendo as reivindicações de diversas ONG's e organizações internacionais, aprovou a Lei 14/2011, onde

a mutilação genital feminina passa a ser considerado como crime. A pessoa que realiza essa prática vai ser punida com a pena de dois a seis anos de prisão. Essa lei foi aprovada com 64 votos a favor, um contra, três abstenções.

No texto da Lei 14/2011 que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina, temos o seguinte:

Com efeito, na prossecução da sua missão de realização da justiça, de garantir a segurança e promover o bem-estar social aos cidadãos, incumbe ao Estado adoptar medidas legislativas indispensáveis, com vista a sancionar e reprimir as condutas ofensivas dos padrões de conduta numa vida em sociedade, capazes de pôr em causa a integridade física e moral e a dignidade da pessoa humana. Assim, ao abrigo da Constituição da República, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e ao seu Protocolo Adicional e, sobretudo, da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), da Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e do Protocolo de Maputo, a Assembleia Nacional Popular, preocupada com a crescente dimensão social da excisão, decreta, nos termos da alínea g) do Artigo 86.º da Constituição da República, o seguinte:

CAPÍTULO I disposições Gerais ARTIGO 1.º (Âmbito) A presente lei visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina na República da Guiné-Bissau.

ARTIGO 2.º (conceito de excisão) Para efeitos da presente lei entende-se por excisão, toda a forma de amputação, incisão ou ablação parcial ou total de órgão genital externo da pessoa do sexo feminino, bem como todas as ofensas corporais praticadas sobre aquele órgão por razões sócio cultural, religiosa, higiene ou qualquer outra razão invocada.

ARTIGO 3.º (proibição da excisão) 1. É expressamente proibida a prática de excisão feminina em todo o território da Guiné-Bissau. 2. A intervenção médica sobre o órgão genital feminino, feita nas instalações sanitárias adequadas por pessoa habilitada com o fim de corrigir quaisquer anomalias resultantes ou não da excisão, não é tida como sendo excisão feminina, para efeitos de aplicação da presente lei, desde que o acto médico tenha sido aprovado pelo colectivo de médicos afectos ao serviço com base num diagnóstico que indique a necessidade dessa cirurgia.

CAPÍTULO II dos crimes e penas ARTIGO 4.º (sanção) quem, por qualquer motivo, efectuar a excisão feminina numa das suas variadas formas (clitoriectomia, excisão, incisão, infibulação) com ou sem consentimento da vítima, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

De forma complementar, em 25/07/2011, no site **Conectas Direitos Humanos**, temos a fala de Augusto Mário da Silva, vice-presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos:

Os ativistas de direitos humanos em Guiné-Bissau tiveram uma importante conquista: o parlamento do país aprovou uma lei que proíbe a mutilação genital feminina. Desde junho de 2011, a prática passa a ser punida com um a cinco anos de prisão. A mutilação genital feminina é uma prática enraizada em algumas etnias de Guiné-Bissau. “A mudança de mentalidade é um processo lento e, ao longo do processo, deparamos com focos de resistência muito violentos, sobretudo nos primeiros momentos. É muito gratificante colher frutos de um árduo trabalho iniciado há muitos anos, cujos alguns precursores já não estão vivos” lembra Augusto Mário da Silva, vice-presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, organização que se envolveu ativamente na luta contra essa violação.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é uma organização não

governamental de defesa e proteção dos direitos e liberdades da pessoa humana. Criada a 12 de agosto de 1991, ela é membro da Federação Internacional das Ligas dos Direitos Humanos (FIDH) com sede em Paris. Entre seus objetivos, encontramos o de promover e defender os direitos fundamentais dos cidadãos cujos princípios estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos Humanos dos Povos. Sua Missão é a luta pela promoção de uma sociedade mais justa, tolerante, dialogante, de igualdade de Direitos e oportunidades dos cidadãos e a primazia dos valores do estado de direito e da democracia em detrimento da tirania e do totalitarismo.

Destacamos ainda que, com a aprovação da lei que vai proteger as mulheres da prática da mutilação, Guiné-Bissau adotou o dia 6 de fevereiro como o Dia da Tolerância Zero contra a Mutilação Genital Feminina, sendo um dia de reflexão e sensibilização sobre esta prática.

Nesta luta contra a mutilação genital feminina, foi criado o projeto Djinupe, que reúne algumas ONGS, como WFD, René-Rente, Al-Ansar, Rede Ajuda, Okanto e Sinin Mira, com mesmo objetivo de pôr fim a esta prática em Guiné. Djinopi é um projeto cujo nome é derivado da etnia mandinga, que significa em crioulo da Guiné-Bissau “no pintcha” e no português “pessoal, vamos em frente”. É um projeto que surgiu entre os anos 2001 a 2003 em Guiné-Bissau, com a finalidade de defender direitos das mulheres.

De acordo com Paula da Costa, ativista e consultora do Djinopi para projetos contra a mutilação genital feminina na Guiné-Bissau:

Não existe uma estatística confiável sobre a mutilação genital feminina na Guiné-Bissau. A UNICEF estima actualmente uma prevalência de aproximadamente 45% de mulheres entre 7 e 12 anos (39% na capital, 48% no campo). Assim, estima-se hoje 300.000 mulheres afectadas, com outras cerca de 80.000 meninas, de praticamente todas as idades, em perigo de serem mutiladas. Variadas formas de amputação do clítoris são praticadas, principalmente em comunidades islâmicas, mas também por algumas pessoas dos grupos animistas. As comunidades com esta prática vivem sobretudo no Leste (regiões de Bafatá e Gabú), no Norte (Oio e Cacheu) e no Sul (Quínara, Tombali e Bolama-Bijagós). Entre os fulas ou fulanis, que representam cerca de 30% da população, a MGF é praticada no marco de uma cerimónia curta (fanadozinho), em geral em meninas dentre 7 e 12 anos. Entre os Mandingas (outros 30% da população) e grupos da etnia Susu e Nalu são atingidas meninas da mesma faixa etária. Na etnia Beafada pratica-se a clitoridectomia (estripação do clítoris) em crianças de 9 a 12 anos. Entre a população urbana com educação formal a MGF tem tendência a ser menos praticada, mas de nenhum modo é incomum. Para pais e mães com uma postura crítica em relação à MGF é bastante difícil impor-se entre os partidários da prática no círculo familiar, sobretudo nas avós. É complexo resumir em poucas palavras o significado cultural desta prática; as culturas em que ocorre são muito diversas. As razões e significados centram-se essencialmente, em definições sociais de feminilidade e em posturas relativas à sexualidade das mulheres e ao casamento. Para uma mãe ou para uma avó, numa sociedade em que existe pouca viabilidade económica assegurar que a sua filha se sujeite a mutilação genital, enquanto criança ou adolescente, é um acto de amor com

vista a garantir-lhe o casamento. Devido à natureza muito privada desta prática, a MGF é realizada e aprovada pela sociedade como parte da sua identidade cultural, sentido de lealdade para com a família e crença num sistema de valores. (Paula da Costa, 2011).

Neste contexto, a Djinopi, foca no trabalho educativo em direitos humanos com os pais e mães como membros importantes da família, com as excisadoras ou fanatecas, os Imames ou Padres, homens já com a idade de casar, os adultos e os velhos que formam opinião e autoridades tradicionais. Todos estes grupos são alvos que o projeto Djinopi vai trabalhar de forma diferente. Nestes grupos é provável que se encontre pessoas que estão contra essa prática.

A este respeito, como símbolo da luta por educação em direitos humanos na Guiné-Bissau, temos o relato de Fatumata Turé, que em 2003 entregou sua faca, numa cerimônia pública de juramento contra a excisão, em Farim, norte da Guiné-Bissau. Vejamos sua emblemática fala:

(Carta da Fatumata Turé ao Projecto Djinopi – Julho 2010)

Eu, Fatumata Turé fui fanateca durante muitos anos. Através desta prática consegui sustentar a minha família. No entanto, fui convidada a participar no projecto Direito das Mulheres em 2003 e abracei este projecto de muita importância para a defesa dos direitos das crianças, das mulheres e da sociedade em geral. A partir daquele momento jurei que nunca voltaria a fazer essa prática (excisão) mas durante 5 anos da minha vida até ao presente não foi criada nenhuma condição necessária ou adequada para o sustento da minha família. Por isso peço para me ajudarem com um pequeno terreno para construir uma casa onde vou estar com a minha família até a morte. Por outro lado tenho dificuldades em pagar as propinas para a escola dos meus filhos e netos e não tenho ninguém na família que me pode ajudar. Peço para me ajudarem a criar condições.

Como vemos, o **Djinopi** objetiva ainda, uma abordagem centrada nas vontades e capacidades locais para a mudança de mentalidade comunitária. Visando também a reconversão das fanatecas (excisadoras) e no seu relacionamento com os direitos das crianças, envolvendo nesta temática a consciência de que a MGF é um problema de saúde pública e uma clara violação aos Direitos das Crianças e das Mulheres, impedindo-se assim o desenvolvimento global da sociedade. Também serão envolvidos multiplicadores com profissionais da saúde pública, professores da escola primaria, políticos, funcionários de ministérios, ONGs, programa do desenvolvimento, bem como profissionais de comunicação em jornais, rádios e TV.

3.1 Razões pelo qual a mutilação genital feminina é praticada, segundo a justificativa das comunidades praticante

As razões que levam as comunidades a praticarem a mutilação genital feminina são diversos, dentre eles estão:

- Razões socioculturais,
- Razão higiênica e ética,
- Razões espirituais e religiosas,
- Razões psicosssexuais.

3.1.1 Razões socioculturais

Em algumas regiões ou comunidades que praticam a MGF, acredita-se que a remoção de clitóris das meninas faz com que elas se tornem mulheres e passam a ter direitos iguais aos das demais mulheres que passaram pela mesma situação. Qualquer que seja a mulher que pertence este tipo de comunidade e que não for excisada, não pode se juntar com as outras que já foram excisadas, porque ela é considerada impura.

Em algumas sociedades onde se verifica a prática, acreditam que a genitália externa da mulher tem o poder de cegar a pessoa que assiste no parto, pode causar a morte dessa pessoa, deficiência física ou loucura da criança que vai nascer e pode causar até a morte do marido (OMS, 2001. P47).

Nas aldeias, quem pratica a mutilação tem que ser uma pessoa poderosa e respeitada pela comunidade. Estas pessoas utilizam a prática como fonte do rendimento econômico.

Segundo (SILVA, 2012. p. 9), as pessoas que realizam a MGF são denominadas de fanatecas, mulheres que têm o poder para “realizar” ou fazer corte nas genitálias de outras mulheres. Normalmente são mulheres de idade avançada que “herdam a faca da corte” nas mãos dos mais velhos. São pessoas que têm respeito e admiração nas aldeias, dado a sua postura na comunidade. As fanatecas sempre são presenteadas pelas populações, depois da realização do “fanado”.

A MGF também tem uma justificativa de honra familiar. Por exemplo, uma criança excisada, sofreu os procedimentos de cicatrização, a vagina fica fechada durante o tempo que ela foi submetida a prática até no momento do casamento. Depois da primeira relação que ela vai ter com marido a família aguarda o resultado da virgindade atestada pelo marido. Se for comprovada a virgindade, é sinal de grande honra para a família da mulher. “Acredite-se igualmente, que a mutilação genital feminina assegura a virgindade, pré-requisito para o casamento, assim como a honra e a linhagem familiar”. (OMS, 2001. p. 47)

3.1.2 Razões higiênicas e estéticas

Nas sociedades onde Mutilação Genital Feminina é frequente, argumentam que o corte de clitóris é fundamental, pois em seu entender:

Nas comunidades em que a MGF é prática tradicional, acredita-se que os órgãos genitais femininas externos são feios e sujos e que continuarão a crescer se não foram removidos. Crê-se então, que para assegurar higiene e limpeza das meninas a remoção dos órgãos genitais é fundamental. (OMS, 2001. p.48)

Aquelas mulheres que pertencem a outras sociedades onde a MGF não é praticada, são consideradas como mulheres que não têm higiene e que não são mulheres como as outras. Enalteceram essa prática com a justificativa de que não dão a mínima importância para a saúde humana.

3.1.3 Razões espirituais e religiosos

Na Guiné-Bissau a prática da mutilação genital tinha embasamento religioso, de que é uma prática que está escrita no alcorão, mas que não corresponde à verdade. Na luta contra essa prática nefasta na Guiné através de inquéritos com líderes islâmicos, descobriram que é uma prática cultural geral, mas que não é uma prática cultural religiosa própria da religião muçumana, ou seja, que não está diretamente ligada a cultura islâmica. Porém, é verdade que a MGF é praticada, na sua maioria, pelos grupos étnicos que fazem parte da religião muçulmana. Segundo (OMS, 2001. p. 48), “em sociedades muçulmanas praticantes da MGF, acredita que este é requisito do livro sagrado. Porém, sabemos que não há no corão qualquer referência à MGF facto confirmado por líderes e estudiosos do livro sagrado”.

3.1.4 Razões psicosssexuais

Muitas pessoas de etnias que fazem a prática da MGF, acreditam que a mulher que não foi excisada tem a probabilidade de ter uma relação sexual com mais tenção.

Acredita-se que a menina não excisada tem um impulso sexual excessivo e incontrolável que será responsável pela perda prematura da virgindade, respectiva desgraça da família e ameaça a todos os homens da comunidade. A (falsa) crença é a de que um clitóris não cortado crescerá ao ponto de aumentar a pressão sobre o órgão, o que será responsável por um desejo sexual intenso. (OMS, 2001. P48)

Estas são reflexões importantes sobre as razões psicosssexuais sobre a MGF.

3.2 Tipos de Mutilação Genital Feminina

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), “Mutilação genital feminina é toda a prática que envolva remoção parcial ou total da genitália feminina, ou que provoque lesões da mesma por razões não médica”. Apresenta-se em quatro tipos distintas.

Em síntese, na análise do documento da OMS, temos o seguinte: o primeiro, Tipo I, conhecida como “clitoridectomia”, pode ser chamada de “sunna” em algumas comunidades na África e é caracterizada pela corte, remoção parcial ou total do clitóris, (...) o segundo, Tipo II, “excisão”, remove parcialmente ou total o clitóris e os pequenos lábios, incluindo ou não excisão dos grandes lábios. O terceiro tipo, a “infibulação” (também denominada de circuncisão faraônica), “estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana selante, pelo corte e a posição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios (são costurados), com ou sem excisão dos grandes lábios”, por último, o tipo IV, que não são classificados, como a perfuração, corte cirúrgico, “escarificação” incisão superficial feita com instrumento cirúrgico e “cauterização” no órgão genital exterior sem cuidados médico medicamentosos.

Estas distinções da MGF variam de diferentes locais e culturas. Segundo as estimativas, os tipos I e II são frequentes e se verificam em 80 a 85% das mutilações feitas. O tipo III que é a infibulação, se verifica entre 15 a 20% dos casos.

Segundo OMS (2008), existem várias complicações vindas da mutilação genital, que pode ser vista depois da mutilação, a médio ou a longo prazo:

Uma menina que tenha sofrido mutilação genital terá que encarar graves problemas físicos durante a vida, além de um alto risco de sofrer grandes complicações psicológicas, semelhantes às sofridas por menores vítimas de abusos sexuais. Estima-se que 125 milhões de mulheres e meninas sofreram mutilação genital. A médica Elise Johansen, do departamento de Saúde Reprodutiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), concedeu uma entrevista à Agência Efe sobre o assunto no Dia Internacional de Tolerância Zero contra a Mutilação Genital Feminina, realizado nesta segunda-feira (6). “Vários estudos destacam o risco de complicações psicológicas a longo prazo, incluindo depressão, estresse pós-traumático, distúrbios mentais e ansiedade semelhantes aos sofridos pelas meninas que foram abusadas sexualmente”, afirmou Johansen. A médica acrescentou que inclusive as meninas que nunca tiveram uma destas complicações sofreram com dor e com uma violência que obriga a ficarem quietas durante o procedimento da amputação, o que representa um trauma. “Mas sobretudo, elas estarão privadas por toda a vida do órgão mais sensível do corpo, o clitóris”, disse Johansen. A mutilação genital feminina compreende todos os procedimentos cirúrgicos que consistem na extirpação total ou parcial dos genitais externos ou outras intervenções praticadas nos órgãos genitais por motivos culturais e não terapêuticos. “Há pouca pesquisa sobre a mutilação genital feminina e especialmente sobre os riscos imediatos para a saúde, mas levando em conta os dados de hospitais, sabemos que muitas meninas sofrem

hemorragias e infecções, que podem levar até a morte", acrescentou. Segundo a OMS, o tipo mais comum deste tipo de mutilação é a cisão do clitóris e dos lábios menores (em 80% dos casos), enquanto a mais severa (15%) é a infibulação, que consiste na extirpação do clitóris, dos pequenos e grandes lábios, seguida do fechamento vaginal mediante sutura. As consequências nocivas não acontecem apenas no momento da operação, mas durante o resto da vida. A longo prazo pode dar origem a infertilidade, infecções crônicas, relações sexuais dolorosas, complicações durante a gravidez e o parto, tanto para as mulheres quanto para os recém-nascidos. "Foi comprovado que a mutilação genital aumenta a prevalência de determinados problemas sexuais, incluindo a dor, diminuição do desejo e diminuição do prazer", disse a médica. Johansen explicou que, segundo estudos ainda não publicados, 21% das mulheres que padeceram dos tipos I e II da mutilação genital – que consiste na retirada do clitóris e dos lábios, mas não da sutura da vagina – têm hemorragias depois do parto, e entre 15 e 98% têm que ser internadas em hospitais. "Além disso, se houve uma mutilação genital, o risco de que a criança nasça com problemas ou morra aumenta consideravelmente. A estimativa é de que entre 1 e 2 crianças em cada 100 morram porque sua mãe foi mutilada na infância". Além de tudo já citado, estatísticas clínicas mostram que a mutilação genital causa outros danos irreparáveis, como o contágio pelo HIV-Aids e a hepatite.

Figura 1 - Práticas e procedimentos de cortes de clitóris.



Fonte: Agência Reuters

Essas imagens descrevem o quanto é doloroso a prática da excisão, os seus procedimentos de corte, o jeito que as crianças são estreitadas em fila num sítio com péssimas condições de higiene e sem esterilização dos materiais utilizados para a corte do clitóris. Este retrato descreve a dor que as mulheres sentem perante a realização da prática de MGF, que pode lhe causar o mal-estar no momento ou posteriormente, pela vida toda.

Essa prática provoca lesões físicas e psíquicas graves. Se verifica que ela está presente em 30 países Africanos, sendo um deles a Guiné-Bissau, onde se apresenta a estimativa de que 45% das mulheres são vítimas da excisão. Apesar da criação de uma lei contra a mutilação genital feminina em 2011, o denominado “fanado” diminui de forma significativa. Esta prática tida como uma tradição, que não está na base da norma religiosa

ainda não desapareceu completamente na Guiné.

3.3 O papel da sociedade Guineense na luta contra MGF

Para que essa prática diminua ou chegue no seu fim todos nós, cidadãos, temos um trabalho árduo de sensibilização através de palestras e seminários nas universidades, para toda a comunidade acadêmica, bem como nas rádios e televisões, demonstrando a nossa insatisfação junto ao governo para com essa prática desumana, causadora de lesões físicas e psicológicas nas nossas mulheres.

Há muitos anos se fala da mutilação genital na Guiné-Bissau. Não houve nenhum avanço significativo que pôde diminuir essa prática. A partir do dia 6 de junho de 2011, foi aprovada uma lei contra a prática. A lei em questão pode condenar a qualquer um que foi pego a praticar. O infrator pode pegar de um a cinco anos de prisão segundo a lei. Houve um avanço significativo pela Assembleia Nacional Popular Guineense no tratamento dessa questão. Sendo uma prática cultural é uma questão muito sensível de se lidar, precisa de um informante no seio das populações que fazem essa prática, a fim de fornecer as informações às autoridades competentes.

O dispositivo legal tão esperado está disponível, mas isso não quer dizer que a mutilação genital feminina desapareça imediatamente das práticas tradicionais. Em primeiro lugar, por ter um enraizamento cultural (e não religioso!) E nesta base só a formação (com a aquisição de conhecimentos científicos) do Homem poderá fazer-lhe compreender os riscos que tal prática faz correr à criança e à mulher. Por outro lado, por se tratar de uma atividade econômica para quem a pratique e, sendo obrigada a deixar de a realizar, deverá procurar uma outra forma de ganhar a vida. (...) (EMBALÓ, 2011)

Realmente com a lei criada pela Assembleia Guineense, não vai se possível erradicar definitivamente essa prática na Guiné-Bissau, sendo uma prática tradicional, embasada fortemente na cultura. É muito difícil os adeptos desse costume entenderem o prejuízo que a mutilação genital feminina pode causar, dada a ausência de conhecimento científico devido o alto índice do analfabetismo que o país apresenta. Outra questão é o problema econômico. Muitas fanatecas cortam o clitóris das meninas a fim de receber alguma compensação na forma de alimento. O estado tem de que criar um meio de sensibilizar toda a sociedade Guineense, principalmente os afetados, ao mesmo tempo que consiga criar alguma alternativa profissional para as fanatecas, de modo que elas possam abandonar esse costume.

Durante muito tempo se debatia a possibilidade de criação de uma lei que proibisse a prática da mutilação genital feminina na Guiné-Bissau. Essa lei veio a surgir em 2006, sendo aprovada no parlamento, com a aceitação de alguns líderes islâmicos guineense junto ao governo.

A este respeito, temos a fala para a Rádio ONU, em Nova Iorque, da presidente do Parlamento Nacional Infantil da Guiné-Bissau, Nela Mantija, contou que,

A esperança da nova geração do seu país é que a mutilação genital feminina seja banida. “Diante do Século 21, a gente tem que saber qual é o prejuízo que esta prática traz. Nós, como organização que trabalha para o bem-estar das crianças e da juventude, fazemos campanha de sensibilização. É preciso mudar de mentalidade porque esta prática tem uma consequência terrível. É muito prejudicial à saúde. Temos oportunidade de ver como se faz esta mutilação genital feminina, é horrível e muito frio. A gente tem que mudar de mentalidade e começar a pensar nas consequências que esta prática tem.”

A mutilação genital é uma prática baseada na cultura há muitos anos pelos mais velhos, é uma tradição herdada de geração em geração como identidade cultural de algumas etnias. As pessoas passaram a produzi-la, no entanto, sem nenhum senso crítico a respeito. Nos tempos mais remotos essa prática era bem-aceita, mas ao longo do tempo, foi-se percebendo que ela viola alguns princípios dos Direitos Humanos, pois prejudica a saúde das mulheres. Temos muitas práticas boas que herdamos dos nossos ancestrais, mas outras são inaceitáveis, como no caso da MGF.

A MGF é uma prática feita pelas mulheres idosas ou aquelas que destacam nas zonas longínquas das casas, nas barracas ou de baixo das árvores consideradas sagrada. De acordo com a (OMS, 2001, p. 47), também é uma prática feita nos hospitais e nas clínicas por profissionais de saúde com o uso da anestesia e matérias que combatem a infecção, com a justificativa de reduzir a dor e o risco para a saúde, porque a cirurgia é realizada com mais condição de higiene.

3.4 Os países que praticam a mutilação genial feminina e algumas regiões da Guine que essa prática se verifica com mais frequência.

A MGF é praticada ainda em 30 países da África: Burkina Faso, Jibuti, Etiópia, Eritreia, Gana, Guiné-Bissau, República da Guine, Libéria, Mali, Quênia, Nigéria, Senegal, Sudão, Chade, República Centro-Africana, Togo e Costa do Marfim. Sem esquecer-se do Egito, onde 97% das mulheres sofrem com essa prática. E em alguns países árabes, onde se verifica regimes autocráticos e a não existência de organizações da sociedade civil que

capazes de combater essa prática. Também em algumas etnias da Índia, do Sri Lanka e da Indonésia praticam excisão feminina.

Em Guiné-Bissau esta prática se verifica em algumas regiões do país, sobretudo na região Leste de Gabu e Bafata, no norte Oio e Cacheu e no sul Quinara Tonbali e Bolama-Bijagós. Os grupos étnicos são majoritariamente da religião muçulmana, Fulas, Mandingas, Nalus, Biafadas e alguns de grupo animistas Balanta e Papeis.

Algumas destas etnias que fazem a prática da mutilação genital em Guiné-Bissau têm história importante na África, a exemplo claro das Fulas e Mandingas.

A etnia fula é uma das que compõem a religião muçulmana em Guiné-Bissau. É uma das mais numerosas do país, sendo também uma etnia que se encontra em muitos outros países da África, como Mauritânia, Senegal, Guiné Conakry, Nigéria, Serra Leoa, Burquina Fasso, Camarões, Costa de Marfim, Nigéria, Togo, República Centro Africano, Gana, Libéria e Sudão. Na Guiné-Bissau, os fulas se encontram na província leste região de Gabu, e uma das regiões onde se verifica o índice da mutilação muito alto no país.

A etnia mandinga são um dos maiores grupos étnicos na África Ocidental e uma etnia descendente do império Mali. Era uma etnia pertencente a religião animista, mas converte a maioria das suas populações devido uma série de conflitos com os fulas, organizadas no reino de futa djallon, originou metade de população mandinga a converter do animismo ao islamismo. Hoje se verifica que cerca de 99% das mandingas no continente são da religião muçulmana. Em meados do século XVI, XVII e XVIII, um terço das populações pertencentes a essa etnia foram embarcaram para países do continente americano, a fim de serem escravizados. Uma parte significativa dos afro-americanos nos Estados Unidos são descendentes da etnia mandinga. Na Guiné-Bissau se encontram, em sua maioria, na província Norte, na região de Oio, e Leste, na região de Bafata, sendo que a prática da mutilação genital feminina é amplamente verificada nestas zonas do país. (...)

Nalus é uma etnia que pertence na sua maioria à religião muçulmana na Guiné-Bissau, mas também se encontra no sul da Guiné na região de Quinara e Tombali. Apresentam numa fase de recente islamização, pequeno número das pessoas dessa etnia são animistas, a maioria islâmica praticam MGF.

Os biafadas se encontram na região de Quinara e região de Bulama Bijagós no sul do país, são grupos étnicos pequenos de religião muçulmana, e que praticam a mutilação genital.

A sigla dessa palavra “Balanta”, o maior grupo étnico da Guiné-Bissau, significa literariamente resistência. Balanta é um grupo étnico que não se verifica só em Guiné-Bissau,

mas é visto em outros países como Senegal e Gâmbia, de modo que representa mais de 25% da população Guineense. Na sua organização social divide-se em seis subgrupos: Balantas Bravos, Balantas de dentro, balantas de fora, Balantas Manés e Balantas Nagas. São uma das etnias animistas em Guiné-Bissau em que os seus filhos sofrem com essa prática.

Os Papeis são etnias originárias da Guiné-Bissau e representam 7% da população total da Guiné, sendo um grupo étnico pequeno que se encontra na província Norte do país, concretamente na região de Biombo e no setor autónomo de Bissau.

4 ANCESTRALIDADE SÓCIO HISTÓRICA DA PRÁTICA DO FANADO EM GUINÉ-BISSAU

A mutilação genital feminina é uma prática anterior ao islamismo e ao cristianismo. Diz respeito a um costume comum antigo, mas que não é uma prática cultural religiosa que pertença as origens da cultura muçulmana, apesar de ser amplamente praticada por ela.

A mutilação genital feminina é uma prática que os muçulmanos legitimavam na base da religião. Usavam nome de religião para facilitar a prática da excisão, que é uma das mais bizarras práticas cometidas pelo povo, baseadas em nome de Deus. Em muitos casos a mutilação é feita em nome do mais sagrado (Deus) para benefício próprio. Os pais das meninas excisadas pagam às fanatecas um dinheiro que não dura por muito tempo. Isso demonstra que esta prática está sendo vista não só por causa da religião ou prática cultural, mas também por benefício próprio.

Na Guiné-Bissau a prática da MGF era vista há muitos anos pelos nossos ancestrais, baseada na religião Islâmica, mas com debate que vinha sendo feito sobre a questão e pressões da sociedade civil e do governo, passa a ser justificado como uma prática cultural e não necessariamente religiosa. É realizada nos sertões, lugares distantes das casas e, tudo o que acontece na barraca, o local onde a mutilação é feita, é um tabu, não podendo sair de lá, como um segredo que permanece só naquele local.

Na realidade, é muito difícil se manifestar contra tal prática em Guiné-Bissau, sendo este um costume, de modo que criticá-la pode levar a ter muitos problemas familiares futuramente. A polêmica da excisão não é visto só nas aldeias, mas, além disso, mesmo alguns jovens na cidade que pertencem essas etnias evitam falar dessa realidade. Um bom exemplo se deu na minha apresentação de seminário na UNILAB com dois colegas e eu, um brasileiro outro guineense, onde um dos nossos colegas estava a recusar alguns dados apresentados no seminário, tentando fugir da realidade. Isso demonstra o grande tabu sobre a prática da mutilação. No entanto, sem desmistificação dessa prática não vamos ter como eliminá-la.

Pelos ocidentais a mutilação genital feminina é considerada com um dos grandes horrores do continente africano. A sua prática está cercada de silêncios e é vivida em segredo. Manifestar-se contra essa prática é difícil e, às vezes, perigoso para mulheres ou homens que estão contra. Em muitos casos são acusados de ser contra as tradições ancestrais dos valores familiares, tribais, e mesmo de rejeitar seu próprio povo e sua identidade.

Com ansiedade de escutar sobre a excisão pelas próprias vítimas, pesquisamos os

vídeos pelas vias das redes sociais que retratam sobre a mesma. Os dois vídeos citados nesse texto são das testemunhas diferentes que relatam diversas experiências vividas durante o processo da realização da MGF.

A primeira foi uma associação portuguesa, Associação para Inovação- Questão de Igualdade, onde promoveu a colaboração de formação durante um mês para mulheres imigrantes, com a ideia dessas mulheres produzirem um projeto com o envolvimento comunitário, onde se aborda sobre a prática da MGF.

No desenrolar do vídeo produzido pela associação citada acima, uma vítima que foi submetida a MGF, relatou o seguinte:

Mandaram-me deitar e deitei-me, e é das situações mais complicadas, é difícil, acho pela primeira vez na minha vida que estou a conseguir falar disso. As formas como as coisas são feitas é de uma crueldade inexplicável. Pega-nos como se fosse os animais, um braço aqui outro ali abrem as pernas e pronto. Até a minha geração até a geração de oitenta não sei, todas as meninas, todas as raparigas e até as crianças são submetidas a estas práticas. A minha filha, por exemplo, não admito, não permito, é que nem se tentam falar sobre isso, porque vi completamente isso acontecer, mas o que eu fazia? Não podia fazer alguma coisa, inclusive uma vez tocaram no assunto, quando fui com a minha filha passar as férias começaram a falar do assunto, respondi e disse, e se ela morrer aparecem-me com ela no colo e dizem desculpa! (Vítimas dão cara na luta contra Mutilação Genital Feminina). (Vídeo Youtube)

Alguns anos atrás essa prática era frequente em Guiné-Bissau, veio a diminuir através de algumas organizações instaladas em Guiné que estão a lutar contra a mesma.

O relato dessa senhora sobre o que passou em sua experiência de excisão, é muito doloroso e triste. Isso lhe leva a ter receio de falar sobre a mesma. Foi pela primeira vez que ela expôs ao público o que se passou. Dá para entender que ela não deixará mais o seu próximo submeter-se a essa prática. O exemplo disso é a sua filha, quem os familiares queriam que fosse submetida e a mãe recusou, alegando que se a menina morrer, vão lhe pedir somente, meras desculpas.

No vídeo seguinte, a vítima expressa os detalhes de como foi submetida a MGF, fala das motivações, processos cerimoniais e dores no decorrer da prática. Ela relatou o seguinte:

A gente são acompanhadas com palmas e canções, depois ficamos na fila e começamos a entrar um por um, ouvi o grito das primeiras crianças que estão sendo mutiladas e as mulheres velhas ficaram a falar, são cinco mulheres que segurava a gente, e eu fui pego pelos quatro mulheres, depois que terminaram a corte genitália vi uma delas que gravei na minha mente que ainda tenho rancor dela, estou mesmo revoltada para aquela mulher, porque quando os outros terminaram, ela dizia não está limpa, têm que fazer para ficar tudo limpo, no momento o dor que a gente sente ninguém pode imaginar só Deus que sabe, eles fizeram aquilo duas vezes. (O Fanado)

É triste e rancoroso, tanto sofrimento que as mulheres passam durante a excisão na barraca do fanado. A fala da senhora demonstra o ódio que ela sente, esse ódio traduz numa profunda dor.

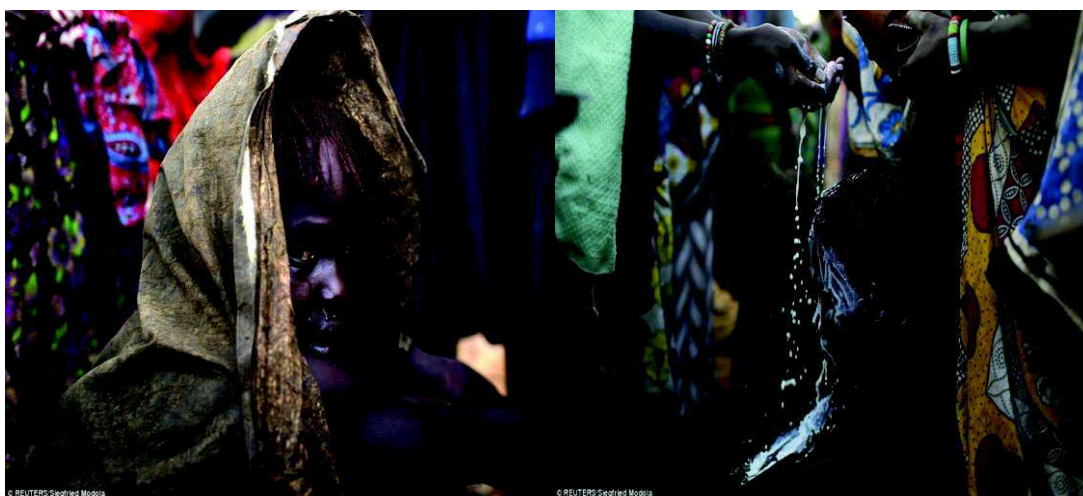
Existem várias formas pelas quais o fanado, termo popular para designar a mutilação genital feminina, é feito. Os cortes podem ser mais ou menos profundos, feitos sem anestesia e, ainda, são utilizadas ferramentas como tesoura, pedaço de vidro ou navalha, para além das marcas psicológicas e do processo de cicatrização, que são dolorosos.

Se a família tem condições financeiras, leva os seus filhos para um hospital. A maioria dos casos se verifica nas famílias mais pobres. São as mulheres velhas residentes na aldeia que fazem o corte na genitália das garotas. Sem uso da anestesia, elas empregam lâmina, faca ou um objeto cortante qualquer, sem um procedimento normal de uma cirurgia. A costura dos lábios vaginais é feita com pequenos ramos ou fios para cicatrização, mas também são usados ervas ou cinzas nas regiões da vagina e as pernas ficam apertadas por período de 40 dias, para o ferimento se fechar. (Vídeo YouTube, O Fanado).

Com uso desses materiais inadequados, as consequências são graves, podendo, às vezes, a pessoa submetida ser levada à morte. Não é possível ter a informação concreta dos números das meninas mortas, porque a mutilação é praticada nas zonas afastadas, no meio da mata e o segredo da barraca, o local de realização da prática, não pode ser revelado.

Estas fotos horríveis, demonstram um pouco o processo da cerimônia da mutilação genital em África. Em todos os países do continente onde a prática é vista os procedimentos cerimoniais são quase iguais.

Figura 2 – Cerimônia de mutilação feminina na África





Fonte: Siegfried Modola (Agência Reuters)

As imagens retratam a Mutilação Genital Feminina, que violentamente oprime as mulheres na Guiné-Bissau, acarretando traumas físicos e psicológicos que elas vão sentir, para além de eventuais infecções ou doenças sexualmente transmissíveis. Essas mulheres vão ficar com receio de estar no meio público. Imagina numa sociedade onde todo mundo sabe qual é o efeito da mutilação genital, nesta sociedade as mulheres têm que ter um acompanhamento com psicólogos, para que possam lidar com esta situação no meio social.

4.1 Os debates contrários e favoráveis à prática da MGF

Silva (2012), sobre Dissertação em Direitos Humanos e Movimentos Sociais, fala dos debates das mulheres que sofreram com a prática da excisão. Neste debate existe contradição das ideias, dos apoiantes e dos opositores da referida prática. Uma das apoiantes afirmou que nunca tinham utilizado lâminas durante o processo do Fanado porque mata, utilizam só as facas bem preparadas. Salientou que os brancos são mentirosos! Avó dela era fanateca e ela era a única pessoa que devia herdar a faca, mas não foi o caso porque não é “pauteru”, só os “pauterus” que podem usar a faca. Quando arranja uma faca do fanado, primeiramente deve submetê-la um ritual antes de ter usado, não pode comprar e usar de imediato sem passar pelo ritual. Depois de ter usado a faca deve-se guardá-la num lugar seguro. Essa faca é sempre utilizada, mas ninguém morre ou ficar adoecido. O processo da cura é feita na casa ou “na barraca de Fanado” com a água quente ou ervas da medicina tradicional.

Outra mulher mutilada opositora da prática veio a contradizer afirmação do outro, mostrando que a MGF é feita com lâmina através da sua experiência vivida com as suas irmãs. Ela abordou o seguinte:

“Quando a minha madrasta levou-nos eu ouvi-a a dizer para fazer com uma lâmina porque ela não confiava na faca”. Se você encontra com a fanateca malvada que não tem a pena de te, não desconta nada corta tudo “até os lábios vaginais. Isso é para tirar o prazer à mulher”, imagina uma mulher deitando feito parvo fazendo sexo, sem sentir o prazer sexual isso não faz sentido, “prejudica muito... isso não se faz, não se faz, é pecado”. (SILVA, 2012, p. 52)

A outra mulher opositora da prática, demonstra que tinha muita dificuldade no momento de parto. Na sua primeira realização feita em Bissau, passou três dias no hospital, no trabalho de parto e apanhou muitos pontos porque não tinha condições para fazer cesariana. O seu segundo parto foi em Portugal, onde foi submetida à cesariana. As dificuldades no parto dessa mulher são em razão das consequências da mutilação a que essa mulher foi submetida em sua infância. O ferimento que ela teve durante o parto demora muito a cicatrizar. Ela afirma:

“Não posso ter relação sexual durante muito tempo porque dói... não resisto mesmo. Se não tiver alguém que goste muito de mim, esta acaba por me deixar por causa disso porque eu não aguento mesmo, não aguento, não aguento! Fico mesmo com dor.” (SILVA, 2012, p. 53, 54).

Imagina as dores que essa mulher sente no momento de parto, no momento de relação sexual com o seu marido, o trauma psicológico que ele vai ter, que pode causar ódio à pessoa que cortou o seu clitóris, que lhe impede sentir o prazer sexual. Ela salienta a questão psicológica, lembrando os sofrimentos que passou em cada momento, recorda da prática a que amigas vizinhas também foram submetidas, por exemplo, de casamentos forçados com 13 e 14 anos de idade com os homens velhos, onde muitas delas não querem casar com a aquela idade e com aqueles homens e, por isso, cometem suicídio.

Ela foi levada para ser mutilada pela sua madrasta, sem o conhecimento do pai, porque o seu pai tinha prometido que nenhuma de suas filhas ia ao fanado, a madrasta aproveitou a oportunidade da viagem do pai e levou-as ao fanado:

Para Silva (2012, p.55), “Fico mesmo nervosa quando me lembro disso! Eu disse à minha madrasta que se o meu pai estivesse lá ela não ia fazer isso porque ele nunca esteve de acordo com isso, nunca mesmo. Mesmo para o casamento forçado”, sendo o pai pessoa esclarecida, nunca vai permitir que a sua filha ir ao fanado ou dar ao casamento forçosamente sem a própria vontade dela.

Uma das mulheres apoiante da prática de MGF, quando foi questionada sobre ausência do prazer sexual durante o relacionamento, devido ao corte de clitóris, ela veio a

dizer que os brancos mentem de que os que sofreram com a prática da MGF não sintam prazer. Ela diz o seguinte:

“Eles [brancos] são mentirosos! Eu grito a ponto de explodir o prédio, depois vêm dizer que não temos prazer?! Diz-lhes que eu disse que me sinto muito bem, tenho três filhos e todos foram feitos com muito prazer, quase explodi o prédio de tanto gritar.” (Silva, 2012, p. 55). Ela se sente discriminada, dizendo que as excisadas não sintam prazer sexual.

Houve diversas opiniões no que refere o prazer sexual depois de ser amputada genitalmente, sentindo ou não o prazer, depende da idade que a pessoa submeteu a MGF. Isso tem a ver com o desenvolvimento do corpo, por exemplo, “os genitais externos”. Se for ao fanado enquanto pequeno, o clitóris tem a possibilidade de crescer ou então reconstituir, porque na menoridade o corpo não se desenvolve totalmente existe a possibilidade de cortar um pouco e volta a crescer, mas se fosse na sua adolescência, não existe essa chance, porque o seu corpo já desenvolveu e não pode mais desenvolver.

Segunda (SILVA, 2012, p, 57), uma das mulheres amputadas afirma que a mulher mutilada não sente nenhum prazer, fica se relacionando com vários homens à procura do prazer que nunca vai sentir. Fica imaginando talvez essa pessoa não consegue lhe atingir ou satisfazer a sua necessidade, vai procurar outra pessoa.

4.2 Relatos dos testemunhos entrevistados

Nesta parte do texto, trazemos relatos orais por nós juntados, sendo alguns de mulheres guineenses residentes em Bissau, e outras estudantes no Brasil. A narrativa em geral é que no lugar onde a excisão é realizada, não é que tudo que se fazia nesse local não presta, há algumas coisas que são feitas nesses espaços que ajudam a amadurecer as crianças nas suas convivências no meio social e, permite-lhes ter a noção no que toca com a saúde e educação.

Segundo o testemunho, não é tudo que se fazia durante todo o período da prática da excisão que não é bom pela sociedade, para ela o que é benéfico na prática da MGF são as que as meninas aprendem nesse lugar, no local da prática ensinam as meninas muitas coisas, não é só chegar e cortar o clitóris, mas aprendem como lidar na sociedade, o modo de respeitar os mais velhos e obedecer ao seu marido depois do casamento, outra coisa que se aprende é o corte e costura e várias outras coisas que lhe sirva futuramente no seu casamento.

Há, no entanto, coisas piores. Uma entrevistada afirmou o seguinte, o que é de pior que hoje se contesta, é o corte do clitóris, alguns sustentam que a corte pode prejudicar a mulher futuramente no momento de parto, quando a mulher está no seu momento de parto

pode lhe prejudicar, então esse é um dos prejuízos que a mulher pode deparar com ele.

Ela salientou de seguida que, na Guiné-Bissau existem duas estações do ano, seca e chuva. E a prática de excisão feminina é feita durante estes períodos, cada família leva as suas filhas para submeter à prática de acordo com o tempo disponível que vai lhes facilitar no trabalho do campo e não só.

ME (2016), relatou que a MGF é feita na época chuvosa e a seca, por que se fazem nas duas estações? Os que fazem no período da seca alegam que no período da chuva não vão conseguir ir para a barraca (o lugar onde a MGF é realizada) porque vão trabalhar na roça, não vai dar para ir à barraca. E os que fazem mais no período da chuva, sustentam que dá mais facilidade, porque a comida estocada durante o período de seca serve para segurar durante o período de chuva para dar a cobertura. Isso são razões pelas quais algumas fazem no período da seca e outras durante época chuvosa.

Antes da descida dos fanados para a barraca, são feitas algumas cerimónias, por exemplo, o ritual de agradecimento como um jeito de abençoar os fanados para que vão e voltem do mesmo jeito que nada do mal aconteça com elas, também fazem ritual da lavagem, que se realiza em duas etapas, a primeira e quando as feridas curarem e o último já nas últimas fazes da saída da barraca é o último ritual que se faz é “Fide Lifante”.

ME (2016), salientou ainda o seguinte, as cerimónias que se fazem nas barracas são seguintes, primeiramente vamos por vertente religioso, antes de a pessoa ir ao fanado, se faz um agradecimento e pede aquele agradecimento, é a forma de abençoar aquelas pessoas, porque estão descendo para a barraca e não sabem que doença elas podem pegar. São ensinados de acordo com a religião, a religião recomenda algumas coisas, por exemplo, se vocês chegam não podem lavar a mão num recipiente com a mesma água só, cada um lava em diferente recipiente do outro, porque quando uma pessoa lava a mão numa água e outro veio a lavar a mão na mesma água vai pegar a sujidade do outro, significa que a mão da segunda pessoa não está limpa, a primeira pessoa a sua mão estava suja antes de lavar, depois que lavou a sujidade vai ficar na água e pode afetar os restos.

Esta cerimônia é feita, depois dentro da barraca em se propriamente existe “N’ghamano” (protetora dos fanados) é uma pessoa “pautera” (pessoa que tem poder e que pode defender fanados contra feiticeiros), quem não tem esse poder não pode ser “N’ghamano”, tem que ser a pessoa “pautera” para vigiar no caso da má intenção, é por isso que “N’ghamano” só frequenta a barraca mais no período da noite em relação ao período do dia, durante o dia ela costuma dormir ou fazer outros trabalhos para que ninguém sabe quem é “N’ghamano”, por isso que é sempre escondida.

No momento da saída as cerimônias são realizadas de seguintes formas, primeiramente fazemos a lavagem e há dois tipos de lavagem, a primeira lavagem que se faz é quando a ferida da mutilação esta sarada, a segunda lavagem é quando falta um ou dois dias da saída das meninas excisadas da barraca para casa, quando fazem essa lavagem saem automaticamente daquela barraca para outro. Essa barraca se chama a barraca doce, se foram para essa barraca indica que os excisados já estão no momento da saída.

Depois da saída das meninas, se realizam algumas cerimônias, por exemplo “fide lifante” que é um ritual que se fez onde todas as meninas excisadas ficam de pé em uma ou duas filas e depois terá uma pessoa escondida do outro lado, e essa pessoa vai bater três vezes no tambor sinalando o ponto de partida e as meninas vão começar a correr até chegar onde o tambor é escondido, a primeira pessoa que chega tem que bater no tambor, quando bate no tambor automaticamente aquela pessoa cai no chão e desmaia, não tem com explicar o que causa aquele desmaio é um ritual muito profundo que uma pessoa normal que não tem um poder além pode explicar. Depois desse ritual no dia seguinte fazem a dança que aprenderam durante a estadia na barraca, demonstrando que aprenderam alguma coisa no decorrer do tempo que estiveram nesse lugar.

ME (20016), frisou de que a prática da mutilação genital tem duas vertentes, do ponto de vista religioso e ponto de vista social/científico, partindo do ponto de vista religiosa podemos dizer que é uma prática boa, dizem que a prática da MGF não está no alcorão, mas está no “Adis”, onde a Profeta diz quando dois sexos opostos excisados se encontram podem ir tomar o banho, que tipo de banho é esse?

Há maneira que os muçulmanos tomam o banho quando fizeram a relação sexual isso é recomendado, depois desse banho a pessoa é considerada limpa, por causa disso que as pessoas que não foram excisadas são vistas como pessoas sujas, são as pessoas que estão rodeadas de sujidade, e os que foram são considerados limpos. Mas se fomos ver do ponto de vista social, do ponto de vista científico baseando no análise que os médicos fazem é notório que prejudica, ao longo do tempo, se a pessoa está grávida no momento de parto pode passar mal ou faz a cesariana e outras pessoas alegam que não, dizendo que já quantas pessoas que deram à luz sem fazerem à cesariana.

Até certo ponto, o ritual da prática de MGF, contribui na educação das vítimas submetidas, no que toca com a área de educação, durante a estadia na barraca, pior de tudo é o prejuízo à saúde das meninas excisadas.

O meu apelo é seguinte, porque se diz que o homem está em constante mudança, então automaticamente têm que aceitar estas mudanças. Hoje estamos a deixar uma parte

religiosa que podemos dizer prejudica as mulheres ao longo do tempo, isso leva as mulheres em muitas situações desagradável e perigosa que provavelmente pode perder a vida, é por isso que nós e como os outros que entendem da religião, que entendem da ciência, percebemos que a mulher mesmo vai ou não vai ao fanado não é questão de sujidade, isso não está em causa, o problema é a saúde da pessoa, por isso que a religião recomenda no momento que a mulher engravida, e está no seu momento de parto, se perceberam que a mulher pode perder a vida e convém salvá-la e matam o bebe, porque a vida da mãe na altura é mais importante enquanto ao filho/a, essa recomendação é devido de que se a mãe for fazer à cesariana e passou um momento crítico entre vida ou morte, se o filho for salvo e a mãe morreu depois o filho não veio a aguentar devido à fragilidade da criança e morreu também vão ter duas perdas, na base disso é que recomendam melhor salvar a mãe primeira.

O essencial de tudo é abandonamos essa prática e adotamos uma nova sistema, simplesmente podemos levá-las para a barraca mas sem fazer a corte dos clitóris mas sim ensiná-las outras coisas interessante sobre a sociedade, mesmo naquela barraca não deviam permanecer muito tempo, porque a própria religião não permita aglomeração das pessoas num lugar só, porque cada qual tem o seu calor, sujidade e as necessidades, quando as pessoas permanecem num lugar só, automaticamente tem que ter as condições para que aquelas pessoas podem manter no mesmo lugar.

Podemos perguntar, será que aquelas pessoas conseguem tomar banho todos os dias regularmente? É uma das causas que pode prejudicar as meninas futuramente, muitos ficam sem escovar os dentes durante o dia, façam trinta dias naquele lugar, eu aconselho a deixar a prática, podemos apontar uma outra prática que achamos que vai facilitar a convivência humana, a vida é uma coisa mais importante, Deus é que nos deu e só ele pode tirar, se forçamos a nossa morte automaticamente vamos partir, isso é o meu apelo sobre o assunto. (ME, 2016).

(BE 20016), é uma testemunha que foi submetida à prática da mutilação genital feminina na sua infância pela avó, ela contou que não dá para explicar como aconteceu, porque era pequena, mas o que ela ouviu é que a MGF é feita com a faca. O seu relato foi seguinte:

Fui excisada com idade muito menor, mas como o meu trabalho que eu estou fazendo, segundo aquilo que eu ouvi pelos mais velhos, é uma faca pequena, muito pequena aquilo que se usa não só para uma pessoa, mas pela muita gente, depois de usar aquela faca, ponham álcool e a banda do pano como o curativo.

(BE, 2016), afirmou que, desde que ela foi excisada e as suas feridas sararam, nunca sente a dor e nem sabe se no momento de parto vai sentir algumas dores ou não por enquanto não sente, mesmo durante a relação sexual ela não sente a dor. Provavelmente as mulheres não excisadas é que podem sentir algumas dores no momento de parto, porque não foram mutiladas, as meninas mutiladas a vagina fica dilatada isso lhe facilita no momento de parto enquanto as outras não.

E raro encontrar a pessoa excisada que não sente a dor durante a relação sexual, mas sim existe, no caso de (BE, 2016), relatou o seguinte:

Sinceramente desde que eu fui excisada não sinto nenhuma dor, embora seja o tema que eu estou trabalhando, sou contra a excisão, mas não me faz nenhuma dor, não sei se no momento que eu vou dar à luz, se vou sofrer a dor ou não, segundo os mais velhos quem foi mutilada não tem nenhum problema no momento de parto, consegue dar luz com mais facilidade ajuda muito, a vagina fica mais dilatado em relação àqueles que não foram, como não tenho filho ainda não sei, quero saber no momento que eu vou dar luz como sinto. No momento da relação sexual eu não sinto dor e nenhuma diferença, só o homem é que pode sentir a diferença, porque o homem é que vai usar a mulher excisada e aquela que não foi excisada. Daí permite distinguir o prazer que ele sente por um tanto, por outra, segundo os boatos, dizem que os homens sentam mais prazer com a mulher que não sofreu a excisão em relação àquela que sofreu, porque a mulher que não sofreu com a prática da mutilação genital a sua clitóris fica maior, quem for excisada a sua clitóris é cortada um pouco, como a menina que não foi excisada a sua clitóris fica maior e dá mais prazer, não sei se é nos homens ou nas mulheres, mas quem pode sentir isso são vocês homens, porque vocês que aprovam né?

No que relaciona a questão de preconceito sobre a prática, (BE, 2016), relatou que não sente nenhum preconceito, aqui no Brasil que ela veio a ter a noção sobre essa questão. Afirmou que não senti nenhum preconceito em relação à questão da MGF, veio saber dessa questão do fanado quando chegou ao Brasil é que veio a ter essa visão ampla sobre a questão da prática,

quando estive no meu país nunca tinha isso na minha mente, nunca entrei em discussão sobre a questão de ir ao fanado ou não, para mim era alegria quando outras pessoas vão, costumava ir manifestar com elas no momento da saída e eu era “lambe” (as pessoas que já foram excisadas e passam a ensinar, dar instruções aos novatos que acabaram de submeter à prática), de muitas gentes, ensinei outras meninas muitas coisas. Depois que eu li o trabalho de Fatumata Binta Djau, vi que é um trabalho muito interessante, pensei assim essa tema vai ser a tema do meu trabalho, já dois anos atrás que eu estou contra essa prática, mas não era uma coisa que eu detesto que estava contra, passei a estudar manual que fala sobre esse assunto, vi que a religião islâmica não obriga a prática da excisão, que é uma coisa hereditária, que passa de geração em geração, devemos deixar essa prática, podes ver a faca que é usada para mutilar uma pessoa e você nem sabe se a aquela pessoa tem uma doença e outro vai ser executada com a mesma faca e não vão ter curativo boa. Eu ainda nunca sofri o preconceito sobre a prática, mas não sei com o tempo se eu vou sofrer. (ME, 2016).

E ainda que,

Segundo aquilo que eu ouvi pelos mais velhos, a pessoa que for excisada têm a probabilidade de dar luz com mais facilidade em relação aos que não foram, perguntei a minha avó e me diz, como foi excisada no momento que vai dar a luz saberá, falei para ela não, me explica, ela me falou há dois tipos de circuncisão feminina feita, há aquilo que se faz que não é feito curativo, deixa aquele sangue secar em se, nesse tipo a menina pode ter a relação sexual com todo tipo de homem, mesmo se for vinte numa hora não vai perder a virgindade, já no momento que a menina vai se casar será circuncidada de novo, a pessoa que tinha lhe feito a circuncisão vai ter que pegar na mesma faca para tirar aquelas coisas de novo, então você que não foi excisada não sinta aquela dor, a dor que vai sentir é da perda da virgindade e o prazer durante o ato sexual, mas quem foi excisada sente a dor da excisão e sente a dor da perda da virgindade, então quando vai dar a luz não será surpresa para ela, porque já passou dores de ser cortado uma parte do seu corpo sem anestesia. (BE, 2016).

Para (BE, 2016), não tem nada de bom na prática da excisão feminina, devido o uso repetitivo da mesma faca nas pessoas diferentes, também realçou a questão da ilegalidade da prática e o prazer sexual. Relatou seguinte:

Eu não sei disso, eu sei que eu sinto o prazer sexual. Para mim, acho que não tem nada de bom na prática da MGF, só o pior, porque já que você vai usar a mesma faca para muitas pessoas, acima de tudo não é uma coisa legal, não vai ter nenhum médico naquele lugar, e só curiosidade das mulheres, não tem nada de bom nessa prática. O meu apelo é para deixar essa prática tanto a excisão feminina assim como masculino.

Segundo os relatos orais de (MF, 2016) e (BE, 2016), as mesmas foram submetidas à excisão na barraca de fanado pelos próprios pais, explicaram que para elas as convivências tidas na Barraca do Fanado (o lugar onde a excisão é feita) é boa, afirmaram também que os instrumentos utilizados são a faca e a lâmina, curativos usados para cicatrizar a vagina são a água morna e o álcool.

(MF, 2016) foi muito sintética na sua fala, no final da sua fala, lançou seus apelos demonstrando que para ela “essa prática não presta, pode terminar nos que já foram, os que ainda não são vítimas podem deixar de submeter a MGF”.

(FE, 2016), falou de que todos os muçulmanos praticam a mutilação, todos os que pertencem à religião islâmica façam essa prática, não e por fama, recentemente que muita gente começaram por abandoná-la devido a morte através da feitiçaria, a pessoa pode passar mal no momento de parto, pode pegar doenças no momento da excisão. (FE, 2016), afirmou ainda que a prática da MGF não está no alcorão, mas sim está na regra. Durante o percurso na barraca aprenderam muitas coisas sobre a educação, danças etc., porque no momento da saída daquela barraca ou então o lugar onde a excisão é realizada, familiares fazem a festa e as

meninas dançam, também aprendam a respeitar os mais velhos. Terminando a sua fala, apelou aos que ainda não foram ao fanado que deixem de ir, porque já viram muitas coisas piores dos outros que já foram.

Todos os que pertençam ao islão, realizam essa prática, não por questão da fama, todos os muçulmanos podem fazê-la, agora que muitas gentes estão a abandonar a excisão, porque tem gente que more por causa da feitiçaria, pode passar mal no momento de parto, pode até morrer, pode pegar doença no fanado. O fanado está na regra, mas não está no alcorão. A navalha que a fanateca utiliza, é isso que eu vi quando era criança, mas não sei se eles façam do outro jeito ou não, nem sei se a navalha é esterilizada, não posso dizer isso a alguém porque não sei, se fosse agora posso dizer algo a alguém, foi ao fanado na minha infância com sete anos, não estou lembrando o número total das pessoas que lá estavam, pode chegar dez ou mais. Fomos ensinadas muitas coisas sobre a educação, vão te ensinar a dança que será apresentada no dia da cerimônia da saída da barraca. Vai aprender como respeitar os mais velhos. O apelo que eu tenho a deixar, é para aqueles que ainda não foram ao fanado, que deixem de ir porque já vimos muitas coisas daqueles que já foram. (FE, 2016)

A (CE, 2016), explicou seguinte, no momento que ela ia ao fanado não sentia a vontade e nem sabe, foi chamada de surpresa para tomar esmola, daí ela foi, a final não era esmola, é a estratégia utilizada pelos seus encarregados para submetê-la ao fanado, quando ela chegava não tinha como rejeitar, ficou mal com essa atitude em nem está de acordo com a prática. Por causa da sua consequência no momento de parto, as mulheres às vezes sofrem a hemorragia. Afirmou que, os mais velhos dizem de que a prática não está no livro sagrado do islão, mas sim na prática, salientou que deviam acabar com essa prática, e há mulheres que não sofreu com a prática de excisão nas suas infâncias, mas maioria dessas mulheres é submetida à prática depois do casamento pelos próprios maridos, porque na religião muçulmana a mulher que não foi ao fanado é considerada impura, não pode preparar refeição do marido durante o período de jejum. Os que já foram não há jeito, e os que ainda não vão que deixem de ir por causa da faca, alguém pode ter a sua doença e pode lhe transmitir para outra pessoa através da faca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em princípio, não tinha passado pela minha cabeça, que um dia produziria um trabalho sobre a prática da MGF. O que me impulsionou a fazer esse trabalho, foi a partir da minha chegada ao Brasil através da escolha do tema do seminário, onde o grupo optou na escolha desse tema, passei a ter noções do que é a excisão feminina e quais são as suas consequências para a saúde das mulheres. Isso me obrigou a produzir um trabalho desse caráter, como a forma de crítica para a construção da nossa sociedade.

Sabendo que essa prática é tabu na nossa sociedade e difícil de criticar, será visto como inimigo por algumas etnias aquele que faça alguma crítica.

Os instrumentos internacionais e regionais que protegem os direitos das mulheres e crianças elencam inúmeras leis internacionais que vão contra a mutilação genital feminina, uma prática tradicional enraizada em algumas tribos africanas.

Convenção e declaração internacionais relevantes para a eliminação da MGF: diversos instrumentos internacionais e regionais protegem os direitos das crianças e mulheres. Os acordos internacionais de Direitos Humanos obrigam os Estados Membros das Nações Unidas a respeitar e garantir a aplicação e proteção dos Direitos Humanos. (OMS, 2001, p. 59)

Existem leis internacionais e regionais contra a mutilação genital feminina para todos os estados membros das Nações Unidas, porque a MGF é uma prática que viola as leis dos direitos humanos, “o artigo 3 da declaração estipula que todo o indivíduo tem direito a vida, a liberdade e a segurança pessoal”. No que toca a esses direitos, não são vistos em muitos países que compõem a organização, o governo dos respectivos países onde a prática é vista, tentam fazer na medida de possível para eliminá-la e não foi o caso, continua a ser visto com a justificativa enraizada na base da cultura. (OMS, 2001, p. 59)

Essa prática que faz parte da nossa cultura, que tira a parte mais sensível da mulher, que cria complicações físicas, psicológicas e morais, será que é uma boa prática? Devemos pensar muito bem nessa questão, porque nem toda a cultura praticada pelos nossos antepassados é correta. Cortar o clitóris de uma criança ou de uma mulher é como amputar qualquer membro do corpo dessa pessoa. A ausência de qualquer parte do corpo de qualquer que seja essa pessoa pode levar a grandes traumas psicológicos, até os últimos dias de vida.

A declaração dos direitos humanos sobre a eliminação da violência contra a mulher (1993), demonstra que a violência contra a mulher é compreendida como a violência física e psicológica, que é verificada dentro da família incluindo a MGF e outras que podem ser prejudiciais para a mulher (OMS, 2001. P60). As práticas culturais em alguns países da

África não foram abolidas, a exemplo da mutilação genital feminina. Em Guiné-Bissau a MGF uma prática tradicional que prejudica a saúde das mulheres continua ser visto nas aldeias, o governo já tomou as suas providências através da criação da lei que pune qualquer cidadão que a pratica e incentiva a sensibilização junto de algumas ONGs nacionais e internacionais nos meios da comunicação social sobre o abandono da prática. Já é um passo significativo que vai ajudar com a sua eliminação.

Em muitas famílias as crianças e mulheres são forçadas a serem excisadas e obrigados a casar contra sua vontade.

Imagine excisar uma pessoa forçosamente e obrigá-la a casar sem a sua vontade, sem parar para pensar um pouco do erro que está a cometer, o prejuízo mental que está causando a essa pessoa. Não se deve obrigar ninguém a casar com quem não se tenha sentimento amoroso. A pessoa é livre para escolher o marido que pretende casar, desde que gostam um do outro. Se uma pessoa foi obrigada a casar, sofreu com a prática da MGF passa a ter duas cicatrizes irreparáveis no seu coração que não pode esquecer por toda a vida. Não se pode excisar uma criança ou então a mulher sem ter a noção de que tipo de material cortante vai ser usado, se é esterilizado ou não, já que a pessoa corre risco de pegar doenças graves, e o próprio marido e os futuros filhos vão correr o mesmo risco.

A declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher (1993) estipula que a violência contra a mulher tem de ser entendida como abrangendo a violência física e psicológica que ocorra dentro da família, incluindo a MGF e outras práticas nocivas para a mulher. (OMS, 2001. P60)

Verifica-se também a prática da mutilação genital feminina escondida nas casas das pessoas, feita pelos familiares da pessoa submetida. Às vezes se os vizinhos souberem, eles podem fazer denuncia anônima às autoridades competentes. Há pais que souberam o prejuízo que a mutilação genital causa pela vida humana e impediram que os filhos fossem submetidos a prática. Porque muitas crianças quando ouvem o som do tambor ou batuque a festejar a descida de outras crianças para barraca, o lugar onde a excisão é feita, chamam as crianças para ficarem próximo deles, para evitar a fuga e tenha melhor controle deles.

Porque há crianças que fogem dos pais quando ouvem o som de batuque no momento que outras crianças estão sendo levado para barraca. Muitas crianças quando ouvem aquele som de batuque e multidões de pessoas festejando, escapam dos pais ao juntar com a multidão para festejar juntos. Nesse clima de festa entram na barraca sem perceber e não conseguem sair, porque existe uma lei sagrada na barraca que diz que quem entra não pode sair. Não é qualquer pessoa que pode frequentar aquele lugar, só os que foram mutilados e os

fanados novos, mas pessoa que não foram excisadas não podem frequentar aquele lugar Quem entra vai ser obrigado a se submeter à mutilação. Isso leva muitas crianças a serem mutilada sem a vontade própria e dos pais.

O plano de ação da conferência internacional sobre população e Desenvolvimento (1994) inclui recomendação sobre a MGF que comprometem governos e comunidades na ação para eliminação da prática e para a proteção de mulheres e meninas de prática desnecessárias e perigosa. (OMS, 2001, p. 60)

Há outro caso que levou muitas crianças a quererem ser mutiladas, por exemplo, ilusão, tem muitas crianças que ficam iludidas quando veem a sua colega com uma coisa e ela quer, fica preexistindo que a mãe arranje o brinquedo igual do outro, se a mãe não tem como arranjar-la a criança procura o jeito de conseguir por si mesma. Isso se verifica muito quando as crianças que acabaram de ser excisadas saíram de barraca, os familiares costumam fazer festas oferecem brinquedos, as crianças vizinhas ficam com a inveja das fantasias que a outra recebe, na próxima realização do fanado esses meninos que tinham a inveja do outro que já submeteu a prática de mutilação vão tentar fugir para a barraca do fanado, para que os seus familiares fizessem do mesmo jeito da família da outra, nessa fuga a barraca nem todos às vezes conseguem fugir, porque alguns pais ficam de olhos nas crianças durante aquela época.

Segundo SILVA (2012, p. 8), normalmente o fanado é feito na “barraca de fanado”, que é local/espço onde os excisados permanecem durante todo o processo. Este é uma cerimônia que envolve muitos gastos financeiros, porque para além de tratar de alimentação dos educandos e do *staff* que lá se encontram, os familiares são responsáveis pelas atividades festivas entre outras.

Por fim, percebemos que o governo tem de criar um meio de sensibilização nas mídias públicas e privadas, mostrar o prejuízo que a mutilação pode causar para a vida das mulheres e as suas consequências futuras. Os pais têm um papel muito importante nessa luta de sensibilizar os seus filhos para não iludirem com as fantasias e as festas, bem como devem se preocupar com o bom estado de saúde.

Esse trabalho se centraliza, em sua maior parte, na revisão bibliográfica e uma pequena parte é pesquisa de campo, na base das entrevistas. A intenção inicial é de produzir o trabalho na sua maior parte na base da pesquisa de campo do que a pesquisa bibliográfica. A razão pelo qual isso aconteceu é devido que, a maioria das meninas que sofreram com essa prática sentem receio de falar sobre o assunto, porque são segredos que não podem ser revelados, embora houve exceção de uma menina Guineense que relatou um pouco da sua experiência que ela vivenciou da MGF, e consegue a entrevista de três meninas em Guiné-

Bissau através de ajuda de um amigo que lhes entrevistaram.

Espero que esse trabalho ajude na promoção de debates, sensibilizações e no combate a prática da MGF que prejudica a saúde das mulheres. A Mutilação Genital Feminina – MGF é uma prática que viola as leis dos direitos humanos das mulheres de Guiné-Bissau e demais localidades neste vasto mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cremilde. **As que passaram pelas barracas:** Representações e vivências de mulheres sobre o fanado feminino em Bissau (Bairro Militar). 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ASSOCIAÇÃO para a inovação social. **Vítimas dão a cara na luta contra a mutilação genital feminina.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=oWalcb3zfYQ>>. Acesso em 03 ago. 2016.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som:** entrevistas individuais e grupais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, Paula da. **Projecto – Djinopi, Djintis Nô Pintcha:** STOP mutilação genital feminina. 2010-2012. Disponível em:
< http://www.didinho.org/Arquivo/O_que__o_Djinopi.Didinhodocx.pdf > . Acesso em: 23 abr. 2015.

COSTA, Paula. **Against MGF In Guinéa Bissau**-contra MGF na Guiné-Bissau. Disponível em: < <http://www.contramgf.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 18 fev. 2016.

DJALÓ, Tchernó. **O mestiço e o poder**, identidade dominação e resistência na Guiné. Portugal: Nova Vega, 2012.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DW. **Guiné-Bissau proíbe a mutilação genital feminina.** Disponível em: < <http://www.dw.de/guin%C3%A9-bissau-pro%C3%ADbe-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital-feminina/a-6544658> >. Acesso em 20 jan. 2015.

EMBALÓ, Filomena. **A mutilação genital feminina, finalmente uma prática ilegal na Guiné-Bissau.** Disponível em:
<<http://www.didinho.org/AMUTILACAOGENITALFEMININAFINALMENTEUMAPRATICALEGALNAGB.htm>>. Acesso em 15 fev. 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros Tempos**, Salvador, vol. 12, n.19, p. 168-189, 2015.

GRUPOS étnicos da Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://ok-linguaecultura.blogspot.com.br/2012/06/grupos-etnicos-da-guine-bissau.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GUINÉ-BISSAU. **Lei 14/2011 que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina.** Coletânea fundamental de direito penal e legislação complementar, 2012.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIGA Guineense dos Direitos Humanos. Declaração conjunta da EU por ocasião do dia

internacional contra a Mutilação Genital Feminina. Disponível em:
<http://www.lgdh.org/2015_02_01_archive.html>. Acesso em: 20 mai.2016.

LOPES, Cátia. **O papel da mulher no microcrédito na Guiné-Bissau**. Estudo de caso em Pitche e Pirada. Disponível em: <http://www.pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/8-CatiaLopes.pdf> . Acesso em: 23 julho 2016.

NEVES, Lilia Maria Brito; JANKOSKI, Douglas Alex; SCHNAIDER, Marcelo José.(orgs) **Tutorial de pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas, 2013. Disponível em: <http://www.portal.ufpr.br/pesquisa_bibliogr_bvs_sd.pdf>. Acesso em: 29 julho 2016.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **Mutilação Genital Feminina**: integração da prevenção e do tratamento nos currículos de profissionais de saúde. (Manual de Formação). Edição feita pela Associação para o Planeamento da Família (APF), 2001.

OMS. **Eliminação da Mutilação Genital Feminina**: declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS é publicada em 2009 pela Associação para o Planeamento da Família. 2009.

RODRIGUES, Clarissa Damasceno, **A resignificação do corpo mastectomizado em mulheres com câncer de mama e o papel do psicólogo nesse projeto**. Universidade estadual de Piauí, 2013.

SILVA, Edna Estêvão da. **Discurso e representações sobre a prática da mutilação genital feminina na comunidade guineense em Portugal**. Portugal, 2012. Disponível em:
< <https://www.run.unl.pt/bitstream/10362/9239/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

SCOTT, Joan. História da Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita a história**: novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOCIEDADE Civil: O Fanado. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=1YGI5l7HaW8>>. Acesso em: 20 jan. 2015.